



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

LANNA JACKELYNE DE ALENCAR ARRAIS

**UM ESTUDO SOBRE O PRIMEIRO DAMISMO NO BRASIL E A SUA
INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Lanna Jackelyne de Alencar Arrais

**Um Estudo sobre o Primeiro Damismo no Brasil e a sua Influência nas Políticas de
Proteção Social**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social - PPGSSocial da Universidade Federal
do Tocantins - UFT /Campus Universitário de Miracema
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre
em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeire dos Santos.

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- A773e Arrais, Lanna Jackelyne de Alencar.
Um Estudo sobre o Primeiro Damismo no Brasil e a sua Influência nas Políticas de Proteção Social. / Lanna Jackelyne de Alencar Arrais. – Miracema, TO, 2023.
103 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2023.
Orientador: Rosemeire dos Santos
1. primeiro-damismo. 2. tradição política. 3. proteção social. 4. primeira dama. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LANNA JACKELYNE DE ALENCAR ARRAIS

UM ESTUDO SOBRE O PRIMEIRO DAMISMO NO BRASIL E A SUA INFLUÊNCIA
NAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em Serviço Social. Foi avaliada
para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e
aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca
Examinadora.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeire dos Santos.

Data de Aprovação: 18/11/2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rosemeire dos Santos, Orientadora, UFT

Profa. Dra. Vanda Micheli Burginski, Examinadora, UFT

Profa. Dra. Leana Oliveira Freitas, Examinadora, UFMT

Dedico esta dissertação à minha querida mãe, meu pai e meus irmãos e sobrinhos, minha família parentes e amigos, ao meu noivo e companheiro, à academia que simboliza o meu processo de formação profissional, aos professores, colaboradores e mestres, aos meus mais fiéis amigos que são como irmãos, à comunidade, bem como para aqueles que possuam interesse por esta importante temática.

AGRADECIMENTOS

Devemos ser gratos em tudo! (1 Tessalonicenses 5:18).

Primeiramente sou grata ao meu criador que em suas multiformes atua de forma significativa em minha vida e existência.

Uma gratidão que não pode ser medida é a que tenho pela minha amada mãe, Luzaneth Alves Gomes, sou grata por sua vida e existência, por tudo o que fez, faz e fará por mim e pelo amor tão grande que Deus colocou em seu coração para me amar de forma incondicional, sempre torcendo e fazendo o que está ao seu alcance e dentro de suas possibilidades.

Agradeço ao meu pai Francisco Arrais, aos meus irmãos e sobrinhos, minha família. Especialmente minha irmã Ludmila Maria, meu cunhado Helder Moreira e minhas sobrinhas Julia Gomes e Helena Gomes, meu irmão Francisco Arrais Filho, minha cunhada Maria de Jesus Marques, minha sobrinha Ana Gabriela Arrais e meu sobrinho Heitor Arrais, minha irmã Otilia Mayara, por todo apoio e força.

Ao meu companheiro Wedesmar Afonso pela cumplicidade, afetividade e motivação. Nossa amiga Pablita Milhomem por todo apoio e auxílio.

Aos meus amigos “resistentes” por toda parceria e amizade, consolidadas na “salinha 41” e fortalecidas nos corredores da universidade e nos reencontros da vida.

Aos professores desta casa, pelas discussões efetivas, pelas críticas construtivas e pelos conhecimentos repassados e transmitidos. Em especial, a minha orientadora Rosemeire dos Santos, por todo auxílio, compreensão e dedicação, contribuindo significativamente para a minha formação e aprimoramento profissional.

Agradeço por fim, o aceite das professoras Leana Oliveira e Vanda Micheli para realização da banca de defesa e pela contribuição para com a discussão proposta.

É recorrente a utilização de adjetivos e descrições que colocam a primeira-dama como sendo responsável pela “ação social”, por um ato de bondade, pela preocupação com o bem-estar dos cidadãos, embora aquela ação esteja prevista como um direito e assegurada no âmbito dos serviços socioassistenciais que devem ser operacionalizados no âmbito da proteção social, quer da Política de Assistência Social, quer de outras políticas.

MOÍZA DE MEDEIROS

RESUMO

Essa dissertação de mestrado teve enquanto enfoque realizar um estudo sobre a atuação do primeiro-damismo no Brasil e sua influência frente às políticas de proteção social, partindo de algumas inquietações que surgiram ainda no processo de estágio acadêmico na graduação. Para o seguinte estudo pensou-se no método na elaboração textual a partir do método materialista histórico dialético de Marx, a fim de embasar teoricamente a influência exercida historicamente pelo primeiro-damismo na história brasileira como tradição herdada a partir das sucessivas contradições existentes na formação econômico-social e política do Brasil, como a premente imponência do patriarcado advindo da classe burguesa sobre o Estado, bem como a desproteção ocasionada pela descaracterização do direito na reedição de primeiro-damismo, no sucateamento das políticas de proteção social, esvaziadas pela reiteração de práticas eminentemente benemerentes e de cunho assistencialistas, que corrobora para que os usuários das políticas públicas, principalmente as sociais, permaneçam em sua condição de classe subalternizada por uma influência enviesada. Essa pesquisa teve cunho de pesquisa social por meio da metodologia qualitativa através do instrumental de pesquisa bibliográfica a partir do método crítico de Marx que direciona o pesquisador a pensar criticamente a realidade e suas determinações a qual reflete-se a partir de uma totalidade fenômenos existentes socialmente e tendo como objeto de estudo a mulher na figura de primeira-dama da federação brasileira e sua influência nas políticas públicas e sociais meadas por sua atuação frente ao Estado. Os resultados obtidos com este estudo permitem elucidar o simulacro social orquestrado no imaginário social pela figura da primeira-dama em consonância com a gestão do seu marido. Enquanto possibilidade interventiva apontam-se reflexões no intuito de trabalhar a consciência coletiva para as políticas de proteção social enquanto direito dissociado ao ditame cultural da herança assistencialista e da influência do primeiro-damismo enquanto tradição política.

Palavras-chave: Primeiro-damismo. Tradição política. Proteção social. Primeira-dama.

ABSTRACT

This master's thesis focused on carrying out a study on the role of the First Lady in Brazil and its influence on social protection policies, based on some concerns that arose during the undergraduate academic internship process. For the following study, the method of textual elaboration was considered based on Marx's dialectical historical materialist method, in order to theoretically support the influence historically exerted by the First Lady in Brazilian history as a tradition inherited from the successive contradictions existing in economic formation. Social and political aspects of Brazil, such as the pressing imposition of patriarchy arising from the bourgeois class over the State, as well as the lack of protection caused by the mischaracterization of the law in the reissue of first damism, in the scrapping of social protection policies, emptied by the reiteration of practices eminently benevolent and welfare-oriented, which ensures that users of public policies, especially social ones, remain in their status as a class subordinated by a biased influence. This research had a social research nature through qualitative methodology through the instrument of bibliographical research based on Marx's critical method, which directs the researcher to think critically about reality and its determinations, which is reflected from a totality of socially existing phenomena. And having as object of study the woman in the role of first lady of the Brazilian federation and her influence on public and social policies through her actions towards the State. The results obtained from this study allow us to elucidate the social simulacrum orchestrated in the social imagination by the figure of the First Lady in line with her husband's management. As an intervention possibility, reflections are pointed out with the aim of working on collective awareness for social protection policies as a right dissociated from the cultural dictate of the welfare heritage and the influence of First Damism as a political tradition.

Keywords: First Damism. Political tradition. Social protection. First lady.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAP's	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CBES	Comissão de Bem-Estar Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CFB/88	Constituição Federativa Brasileira de 1988
DF	Distrito Federal
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRONAV	Programa Nacional de Voluntariado da Legião Brasileira de Assistência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL	15
2.1	As Políticas Sociais no Brasil Capitalista e o Perfil dos Trabalhadores das Políticas de Proteção Social (Divisão Social, Sexual e Racial do Trabalho).....	16
2.2	O Papel da Mulher na Sociedade Capitalista e seu Lugar de Poder na Sociedade Brasileira.....	37
3	A CULTURA DO PRIMEIRO-DAMISMO NO BRASIL.....	48
3.1	A Marca Assistencialista do Primeiro-Damismo nas Gestões Governamentais	48
3.2	A Articulação do Poder Burguês e o Golpe de Estado e a Reconfiguração Nacional do Primeiro Damismo	81
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	96

1 INTRODUÇÃO

Esta Dissertação vincula-se ao do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e desenvolve-se a partir da indagação e inquietações da pesquisadora que enquanto acadêmica da graduação teve o espaço sócio-ocupacional na política de Assistência Social, como atrativo para o exercício profissional, por ser um dos pilares do “tripé” da Seguridade Social, juntamente com as políticas de Previdência Social e Saúde e os estudos revelaram a dissociação dessas políticas sociais e como são fundamentais para a efetivação da proteção social e da cidadania. Logo, trata-se de um tema próximo a vivência da pesquisadora, com formação em Serviço Social, em atividades que colaboram com a pesquisa.

O estágio obrigatório, ao nível de graduação, foi desenvolvido na Secretaria Municipal de Assistência Social de Miracema do Tocantins nos anos de 2015 e 2016, que no currículo de formação exigiu-se a vivência nesse campo por quatro semestres. O processo de estágio acadêmico permitiu dimensionar o cotidiano da política de Assistência Social, e identificar um fenômeno típico da tradição cultural que se escancarou no momento da observação do espaço sócio-ocupacional, sendo possibilitado identificar o paralelo do assistencialismo e do direito presentes nesse recorte da realidade, o qual as políticas sociais basilares são palco de uma disputa entre o direito e o favor.

A prática reiterada do assistencialismo estruturou ao longo dos tempos no Brasil uma tradição praticada politicamente de forma peculiarmente tradicional e conservadora, em que as atividades de assistir e ajudar, ficavam sob responsabilidade das mulheres dos chefes de estado, o que resultou historicamente, e permeia hodiernamente, no fenômeno do primeiro-damismo que se consolidou politicamente e se enraizou na cultura brasileira para fins de destinar um papel social às mulheres de representantes políticos na esfera de poder do executivo federal, influenciando sua reprodução em âmbitos estaduais e municipais, o que resultou em um processo de indagação para objeto desta pesquisa.

Diante do exposto o estudo do primeiro-damismo e sua influência nas políticas de proteção social nesta dissertação teve como prisma problematizar essa prática em âmbito nacional de forma pragmática que arraiga e determina influência e promoção social político partidária, legitimando práticas assistencialistas nas políticas públicas.

Nesse ínterim, este estudo teve enquanto direcionamento metodológico a objetivação de realizar o que Gil (2008) define enquanto *pesquisa social*, possibilitando conhecer uma dada realidade social, por meio de investigações científicas.

Ao possibilitar, cria-se caminho metodológico para que os anseios e questionamentos pudessem ser respondidos, aferindo percurso estruturado capaz de responder os objetivos apresentados ao guiar o desdobramento de toda a pesquisa.

Para tanto, adotou-se a discussão teórica com embasamento no método materialista histórico-dialético definido por Marx e Engels fundamentado no método materialista dialético da qual segundo Gil (2008) pode-se compreender um método de interpretação da realidade, pelo que o autor irá salientar que a respeito da dialética, nos conduzindo a uma interpretação “dinâmica e totalizante da realidade” ao que se possibilita o estabelecimento de fatos sociais para serem analisados em processo de pesquisa, para fins que não sejam “considerados isolados” podendo então realizar o aporte teórico necessário e apresentar um panorama mais factual, como o autor bem coloca uma pesquisa despretensiosa de opiniões tendenciosas “abstraídos abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais. (GIL, 2008, p. 14).

Com primordial direcionamento de compreender os determinantes frutos do intercâmbio de toda uma ordem social, portanto, a sociedade na sua totalidade por meio de estudos de um fenômeno aparente enraizado na cultura social.

Compreendendo assim Behring e Boschetti (2011) vão elucidar que tal método permite a aproximação para análise das características do objeto estudado numa perspectiva investigativa que não se deixa “[...] enganar por aspectos e semelhanças superficiais presentes nos ‘fatos’, procurando chegar à essência do fenômeno” (p.39).

Assim portanto se utilizando do método monográfico, o qual Gil (2008) define enquanto um estudo direcionado com profundidade “[...] representativa de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes” (p, 18) corroborando para o caso particular na atualidade hodierna da sociedade e cultura política brasileira.

O objeto de estudo desta pesquisa, volta-se à mulher no papel social de primeira-dama, com ênfase, no estudo das ações sociais desenvolvidas por estas, enquanto esposas dos representantes de governos, com ações nas políticas sociais públicas que reverberam seu poder de reeleição, ou mesmo em promoção social, e como menciona Gil (2008) casos que acontecem com indivíduos, instituições, grupos, comunidades, a exemplo.

Nesta perspectiva, e por meio da grande apreensão que Kosik (1986) nos permite abstrair, o método crítico de Marx nos direciona ao caminho de não tão pura e simplesmente perceber a realidade, mas apreender os aspectos essenciais, e enquanto pesquisadora analisá-los em uma perspectiva histórica.

De encontro ao mencionado, não os definir como “fatos isolados”, surgidos como um processo natural, pelo contrário, identificar o que foi naturalizado ao longo de variadas determinações históricas ou mesmo se transmutado na cultura social.

Assim, para um adequado desenvolvimento da pesquisa, é imprescindível realizar uma revisão da literatura para determinar o foco do estudo, juntamente com outros métodos. A principal meta da ciência é descobrir a verdade por trás dos fatos, o que a diferencia de outras formas de saber. Conforme Gil (2008) destaca, a principal característica que distingue o conhecimento científico dos demais é a sua capacidade de verificação.

Por tanto, realizou-se pesquisa de revisão bibliográfica e exploratória, por definição, este tipo de pesquisa tem como principal finalidade desenvolver uma nova visão do problema apresentado, sendo explicativa, quanto ao que se buscará delinear, ao que Gil (2008) ao mesmo que reitera a “[...] preocupação central de identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”, para o autor, é o tipo de pesquisa “[...] que mais aprofunda o conhecimento da realidade” (GIL, 2008, p, 28).

Para este estudo foram imprescindíveis o contato com as obras: As primeira -damas e a assistência social: relações de gênero e poder, de Torres 2002, enquanto parâmetro para refletir a respeito da mulher inserida no simulacro político social e seu poder de influência nas decisões políticas, como pensar numa conjuntura mais ampla contida na obra Todas as mulheres dos presidentes: A história pouco conhecida das primeiras-damas do Brasil desde o início da República, de Guedes e Melo 2019, colocando a questão em vista e discussão.

A análise por este ângulo, direcionou-se a pesquisa qualitativa, que é capaz de extrair e explorar a partir dos objetivos que foram propostos, ao permitir ao pesquisador participar de todo o processo e as etapas, que permitem a compreensão das diversas diligências oriundas das relações sociais. De tal modo, é essencial adentrar na revisão de literatura, por meio da técnica de pesquisa bibliográfica que no uso de fontes secundárias em torno do tema em questão a partir da abrangência de publicações, pois conforme Marconi e Lakatos (2009, p.57) a “[...] finalidade é colocar o pesquisador em contato com tudo que foi escrito [...] sobre determinado assunto”, para apreensão sobre o tema proposto.

Como bem pontuou Gil (2008) este tipo de técnica de pesquisa possui a particularidade de permitir ao investigador “[...] a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla” (GIL, 2008, p, 50), sendo indispensável em estudos históricos, como o que se pretendeu realizar ao analisar o fenômeno na constituição e o processo histórico da formação econômico-social e política brasileira, permitindo conhecer fatos passados que se repetiram no presente.

Assim, foi possível identificar a influência do primeiro-damismo nos serviços transmutados de ações sociais prestadas às famílias, e como tais ações refletem no esvaziamento do sentido político de direito cidadão por meio da promoção de programas executados no âmbito das políticas de proteção social pública ou por agentes relacionados, aos mesmo que reforça e reitera a cultura do primeiro-damismo e o papel da mulher do governante como primeira-dama e exemplo de mulher na sociedade.

Para maior compreensão e explanação da temática, a dissertação organiza-se em capítulos desta forma, o primeiro capítulo direciona-se às políticas de proteção social e o reordenamento assistencialista incrustado nas políticas públicas e o papel da mulher tradicionalmente.

O primeiro capítulo se ateve a apresentar ao leitor as políticas sociais no contexto brasileiro, colocando em análise os aspectos de divisão social, sexual e racial do trabalho presente no sistema capitalista brasileiro, corroborando assim a discussão proposta, colocando as sucessivas contradições existentes na formação econômico-social e política brasileira, com a presente interposição do patriarcado advindo da classe burguesa por meio do Estado, gestando a desproteção e descaracterização do direito, por meio do esvaziamento e sucateamento das políticas de proteção social.

O segundo capítulo tem como foco discorrer acerca da discussão problematizadora da pesquisa, referenciada na prática do primeiro-damismo no Brasil ao longo de gestões governamentais, que por meio de ações assistencialistas voltadas para formação positiva do imaginário social brasileiro, com perspectiva de populismo e promoção eleitoreira. As principais obras utilizadas para centralizar este estudo no capítulo, foram: “As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder” da autora Iraíldes Caldas Torres, versão lançada em 2002, bem como a obra “Todas as mulheres dos presidentes: A história pouco conhecida das primeiras-damas do Brasil” dos autores Ciça Guedes e Murilo Fiuza de Melo, versão de 2019, como um artigo de Moíza Siberia Silva de Medeiros, intitulado “O primeiro-damismo e a gestão da assistência social: desafios para o serviço social” publicado em 2019, e por fim o artigo de Camila Bastos Lopes e Fabiana Regina Silva Grossi, intitulado “O primeiro-damismo na assistência social: uma análise crítica” todas literaturas mostram os estudos, mesmo que poucos, que relacionam e colocam em foco a atuação das primeiras-damas nas esferas públicas.

Em síntese, conclui-se a pesquisa voltando-se à discussão acerca da influência que a atuação do primeiro-damismo reverbera, invisibilizando em algumas práticas a materialização do direito mediante ao acesso às políticas públicas, e interpondo materializações vazias por

meio da descaracterização ou mesmo reiteração do não-direito por meio da promoção de ajuda e benesse.

2 A PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Pensar o processo de externalização da Proteção Social no Brasil, como responsabilidade estatal é necessário ponderar em seu processo histórico, vinculado à luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e sobrevivência. E nesse sentido que o marco histórico é a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que aprovada no início da década de 1940, enquanto aparato para dirimir os conflitos que a classe operária, ao se sindicalizar e realizar movimentos sociais grevistas em proposição dos seus direitos.

O surgimento da CLT consagrou-se como um avanço na conquista dos direitos trabalhistas, todavia, as lutas e os movimentos sociais dos trabalhadores foram presentes, mesmo nos momentos, em que foram proibidos, como no período da Ditadura Militar¹, reivindicando direitos trabalhistas e sociais, para garantir a sobrevivência e proteção social, a Constituição Federativa Brasileira de 1988 – CFB/88, que institui a Seguridade Social, como uma proposta de proteção social à população e reedita os direitos sociais para a classe trabalhadora.

Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos autoritários que não raro lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder. Mas é também fórmula aplicada, com relativo sucesso, entre nós brasileiros. Além da metáfora falaciosa das três raças, estamos acostumados a nos desfazer da imensa desigualdade existente no país e a transformar, sem muita dificuldade, um cotidiano condicionado por grandes poderes centralizados nas figuras dos senhores de terra em provas derradeiras de um passado aristocrático (SCHWARCZ, 2019, p19).

O Estado se institui enquanto interventor para beneficiar os ajustes neoliberais que propiciam a reprodução do *status quo*, que busca incentivar interesses do capital, nas reproduções das relações sociais.

Destarte, o processo de transição da monarquia para a república marcas das famílias herdadas se mantiveram, desarticulando a ideia de igualdade entre os homens, por gênero então pode-se compreender a autocracia burguesa colocava sua régua ainda mais excludente entre indivíduos e famílias (PAULO NETTO, 2005).

¹ Os anos seguintes a 1964 marcam o contexto histórico brasileiro do golpe militar e o Estado passa a ser gerenciado pelo autoritarismo da Ditadura Militar com um claro projeto nacional neodesenvolvimentista associado ao capital estrangeiro, no período de 21 anos, o que as autoras Behring e Boschetti (2011) denotam que o foco primordial seria o de atender as demandas do desenvolvimento econômico do país, mas em contrapartida a população em situação de vulnerabilidade social era atendida sob o cunho de compensação pelo viés de assistência e repressão. Ainda conforme as autoras acontecia o “fordismo à brasileira” (ibidem, 2011, p. 134) privilegiava-se, portanto, a eficiência econômica em defesa do capitalismo. O trabalho com os vulneráveis se tornou cada vez mais vinculado a práticas de boa vontade e benemerência, sempre na lógica da caridade.

Para tanto, a objetivação de respostas às famílias face a proteção social dispensada, se desenvolve por meio de políticas sociais, dadas as condições reais destas, no entanto, as disparidades de acesso se colocam sob a ótica de um paralelo social o qual, famílias herdadas se opõem às famílias que vivem do trabalho, sendo discrepantes num distanciamento social que suspende a condição de equidade social, tendo pelo caminho critérios de acesso e elegibilidade, e mais hodiernamente veiculado, a meritocracia.

A proteção social do Estado diante das transformações societárias, que trouxeram conflitos na esfera da produção e nas políticas sociais, por meio da nova hegemonia financeira “[...] levaram a precarização e subalternização do trabalho, a ordem do mercado, alteraram as bases dos sistemas de proteção social desmontando direitos” (YAZBEK, 2018, p.89).

Nessa conjuntura, surgem novas regras para as expressões que se referem à questão social, no processo de (re)mercantilização dos direitos sociais, no qual se reforça a ideia de que cada indivíduo é responsável pelo seu bem-estar social e pelo da sua família, o que é conhecido como culpabilização individual.

Interessante notar e observar a forma como a história do Brasil é reificada e reproduz, a construção de uma perspectiva eurocêntrica da descoberta do Brasil, o que é definido por Torres (2022), como a:

[...] a maneira como homens e mulheres se percebe, e se identificam é algo que vai sendo construído no curso da história, e essa construção toma formas diferenciadas de acordo com as circunstâncias, a ideologia, e as representações coletivas, isto é, de acordo com o regime de verdade de cada sociedade (TORRES, 2002, p.37).

Yazbek (2018), conjectura o todo da conjuntura dramática dominada pelo crescimento da pobreza e da desigualdade no país, com a erosão do sistema público de proteção social, caracterizado pela retração dos investimentos no campo social e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de economia e sua perspectiva privatizadora e (re)filantropizadora.

Neste aspecto, faz-se necessário entender a proteção social ao ponderar as políticas públicas e sociais.

2.1 As Políticas Sociais no Brasil Capitalista e o Perfil dos Trabalhadores das Políticas de Proteção Social (Divisão Social, Sexual e Racial do Trabalho)

A fim de compreender os aspectos da proteção social no Brasil capitalista se faz essencial, de antemão, elucidar como se apresentava a dinâmica econômica e social desde a fundação do ideal de políticas voltadas ao povo, bem como a dinâmica no mercado europeu.

Anterior ao modo de produção capitalista, a intervenção nas problemáticas da sociedade não era uma atribuição do Estado, considerando outros regimes dos quais a sociedade foi se construindo e se organizando, e levando em consideração que às diferenças de classes sempre existiram e conseqüentemente havia um grupo afetado de forma negativa, o olhar e intervenção sobre esses problemas eram realizados de outras formas.

Para se chegar às políticas sociais dentro do Estado regido pelo capital, torna-se necessário compreender como funcionavam as formas utilizadas em outras sociedades, Lacerda (2012) citado por Scortegagna e Oliveira (2020), discorrem que a compreensão do conceito de pobreza evoluiu no decorrer dos séculos. Na Idade Média, a condição de "rico" ou "pobre" era considerada uma determinação divina e deveria ser aceita pelos indivíduos, sendo a Igreja Católica responsável por manter e reproduzir esse pensamento.

Durante o regime feudal, a condição de pobreza forçava os indivíduos a se submeterem aos senhores, pois eram eles que lhes dariam possibilidades de sobrevivência e proteção, e àqueles que porventura não queriam se submeter a esta condição ficavam à mercê da caridade provida pela Igreja.

Todavia, houve momento em que a quantidade de pessoas desabrigadas, doentes e pobres estava crescendo em volume descontrolado e que a assistência via caridade cristã não conseguia suprir as demandas, como alternativa, a Igreja começou a instituir uma espécie de imposto a ser cobrado dos seus fiéis que seriam posteriormente destinados a ações de caridade aos pobres (Ibidem, 2020).

No período histórico da idade média, o continente europeu se deparou com a Peste Negra, uma doença responsável pela morte de um terço da sua população, de acordo com Higginbotham (2012) citado por Scortegagna e Oliveira (2020) aumentou significativamente a quantidade de pessoas adoecidas e órfãos e por consequência houve uma estagnação nos salários e uma queda nos postos de trabalho, o resultado desse cenário foi o crescimento dos problemas sociais como a fome.

Com o agravamento das condições de vida e pobreza da população, a monarquia britânica viu a necessidade de se designar uma lei voltada para a população em situação de adversidade e insuficiências, cria-se a Lei dos Pobres², sendo a mesma, considerada como uma

² Em 1601 estava completa a Lei dos Pobres, como ficou conhecido o código que passava a orientar oficialmente toda a gestão pública em relação aos pobres. Essa legislação sofreria poucos adendos antes do século XIX. O principal foi o Ato de Assentamento de 1662, que decretou que apenas os pobres devidamente "assentados" em uma paróquia poderiam ser socorridos por ela. A condição de assentado era obtida por nascimento na paróquia, matrimônio com um paroquiano ou ao se residir por lá durante um período preestabelecido. Seu objetivo era evitar que multidões empobrecidas vagassem rumo às paróquias mais ricas em busca de auxílio. (BASTOS, 2018, p.140).

das primeiras políticas sociais, não com caráter assistencialista, mas com finalidade punitiva, assim essa lei tinha como objetivo combater a vagabundagem e atendia principalmente os andarilhos, que sob olhar do reinado eles não poderiam ficar vagando pelas ruas, tinham que ser confinados, entendendo que a pobreza era um fator que causaria prejuízos a ordem social.

Considerando as análises advindas de reflexões sob ótica dos fundamentos da economia política, Bastos (2018) , entende que a Lei dos Pobres ao ser reconhecida como um direito para a subsistência através do repasse de impostos, entra em divergência com o que anteriormente era reconhecido na sociedade, logo pois, anteriormente a subsistência era compreendido e visto como algo que deveria ser fruto do próprio trabalho e esforço da população, gerando assim alguns conflitos, porque para os fiéis/trabalhadores o sustento dos pobres deveriam ser procedentes da doutrina do trabalho, e como solução a isso, propuseram que “[...] oficinas fossem montadas pelas paróquias onde os desamparados pudessem ter acesso aos materiais para trabalhar, sem receber abrigo ou comida” (BASTOS, 2018, p.147).

De tal modo, os sujeitos que estavam sob comando das paróquias, consideravam que o dinheiro (impostos) que a igreja arrecadava deles não deveriam ser simplesmente repassados aos pobres, isso com base no discurso de que eles deveriam merecer esse repasse através da atividade laboral, e por causa disso, inicia-se um conflito entre os fiéis e a igreja, porque os “contribuintes honestos” achavam tirania da paróquia exercer tal ação (BASTOS, 2018).

No transcorrer dos anos, a referida Lei dos Pobres, passou por vários ajustamentos a fim de minimizar as tensões e exigir melhores aplicações quanto ao estado de pobreza. Uma saída para resolução dessas discordâncias foi a criação das chamadas “workhouses”, que eram edificações municipais arquitetadas com espaço desconfortável e de trabalho pesado e eram subsidiadas por contribuições de voluntários. Nesta nova versão da Lei, era proibido aos pobres pedir auxílios para as igrejas e casas de assistência, porque esses auxílios deveriam ser destinados somente às pessoas pobres que não tinham a capacidade de trabalhar.

Essas instituições assistenciais, com os atendimentos de impor a inserção dos indivíduos ao trabalho, independente das condições dadas ao trabalhador, tinha ainda “[...] a preocupação com as crianças assistidas, pois estas deveriam ser educadas e formadas para trabalhar, evitando a formação de novos ‘vagabundos’” (POOR LAW, 1834, apud SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2020, p.03).

Conforme destaca as autoras:

[...] as workhouses existiram até o início do século XX, sendo substituídas por instituição de amparo aos pobres, porém muitas das instituições mantiveram os princípios das casas. Com a Primeira Guerra e a depressão econômica, muitas instituições foram fechadas. Oficialmente a partir da década de 1930, passam a ser

Instituição de Assistência Pública. Nestas casas muitos idosos continuam enquanto residentes, como deficientes, mães solteiras e ‘vagabundos’. No final da década de 1940, há a instituição do Serviço Nacional de Saúde, o qual assume as casas existentes, transformando-as em hospitais. No entanto, alguns mantêm o sistema de trabalho e assistência até 1960 (HIGGINBOTHAM, 2012 apud SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2020, p.04).

Os relatos, enfatizam algumas das primeiras formas de assistência em algumas sociedades advindas das diferenças de classe, inicialmente pela característica da benevolência, e depois pelo cumprimento obrigatório dessa ação mediante impostos designados pela igreja. Todavia, essas formas de “ajuda”, de regulamentar e/ou estabelecer o acesso a alguns direitos e meios de sobrevivência foram modificando no decorrer da evolução da sociedade e sendo aplicadas conforme o modo de produção vigente.

Decorrido a primeira guerra mundial, os Estados Unidos (EUA) viveram um dos auge de sua economia capitalista vendendo insumos para toda a Europa devastada, no entanto, em 1929, aproximadamente uma década após o fim da guerra, a Europa já recuperada, levou os EUA ao acúmulo de estoque de produção, este fenômeno do liberalismo econômico culminou na quebra da bolsa de valores de Nova York e em uma grave crise econômica para os estadunidenses.

No fim da década de 1920, ocorreu a crise de 1929, também conhecida como “a grande depressão”, é considerada a maior crise do capitalismo financeiro, tendo atingido a economia internacional provocando impactos inclusive ao Brasil.

Ocorreu o aumento das taxas de desemprego, a queda nas vendas de produção, a paralisação do comércio, ocasionando queda das ações na bolsa de valores. Na época, os preços das ações caíram em diversos países do mundo, atingindo outros que dependiam da economia americana para alavancar a sua (FERREIRA, ET AL, 2019, p.14).

Em 1933 o presidente Franklin Roosevelt visando encerrar o avanço da crise implantou o *New Deal*, um programa radical de recuperação econômica com grandes investimentos em obras públicas, pagamentos de salários-mínimos e redução da jornada de trabalho com ações políticas voltadas para o povo norte americano, o Welfare States surgiu no EUA trazendo e popularizando as raízes da proteção social como é entendida hoje.

Na Europa, a condição de Bem-estar Social foi utilizada pela Inglaterra a partir de 1942 com a ideia de fomentar a recuperação e crescimento econômico no pós segunda-guerra mundial.

De acordo com Pochmann (2004), durante o século XX, após a segunda guerra mundial, as economias capitalistas foram responsáveis por provocar experiências ainda hoje consideradas singulares no que diz respeito aos avanços na proteção social e trabalhistas.

As intervenções realizadas pelo Estado coincidiram com a fase de acumulação capitalista, caracterizada principalmente pelo processo de monopolização dos capitais, intensificando a diminuição da capacidade de autorregulação do mercado através de suas próprias forças. “A politização da vida social, em contrapartida, assumiu papel central na agenda de transformação do capitalismo organizado” (POCHMANN, p. 04, 2004).

Para Behring e Boschetti (2011) o surgimento das políticas sociais podem ter 3 (três) nascedouros distintos: um histórico, um econômico e o outro político. Ao analisar a perspectiva histórica, elas estariam relacionadas ao desenvolvimento das expressões da questão social; contudo, a julgar pelo viés econômico, elas estariam ligadas com as condições de produção e reprodução da classe trabalhadora, dentro do sistema; já na perspectiva política, as autoras compreendem que nela busca-se “[...] reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinadas pelos interesses da classe em que se situam” (BEHRING E BOSCHETTI, p.43, 2011).

As primeiras formas de intervenção estatal em cima das mazelas da ‘questão social’, eram direcionadas também para a questão da pobreza, não que ela tenha surgido especificamente no sistema capitalista, pois como relatado, a pobreza é uma das primeiras manifestações originária da histórica divisão de classes das quais constituíram as sociedades, no entanto, ela tomou mais visibilidade no que se refere a intercessão do governo neste sistema.

Característico desse modo de produção, a exploração da classe trabalhadora pela burguesia é desafio constante e as lutas sociais são instrumentos utilizados como forma de resistência desse povo. Todavia, ainda encontram muitas limitações mesmo que tenham avançado em se organizar enquanto classe, a pobreza tem crescimento acentuado e não há postos de trabalho, porém, existem algumas e pontuais ações em prol de outras minorias que ficam muitas vezes alheias às intervenções do Estado, como os pobres, os deficientes, os idosos, órfãos e pessoas enfermas (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2020).

A prosperidade reinou na Europa durante as três décadas após o fim da segunda guerra mundial (1948-1973), e o Estado que antes atuava apenas como regulador das economias do mercado passou a desenvolver diferentes estratégias direcionadas ao enfrentamento da pobreza, do desemprego e das desigualdades de renda.

Durante esse período, todavia, duas diferenças importantes se fizeram destacar nos propósitos de atuação do Estado de Bem-Estar Social: de um lado, a experiência europeia ocidental, que demarcou fortemente seu propósito de atuar ex-post sobre as iniquidades produzidas pelo desenvolvimento capitalista, por intermédio das políticas de natureza redistributivas (justiça tributária e transferências sociais); e de outro, a

experiência norte-americana, que enfatizou bem mais a atuação ex-ante sobre as iniquidades geradas no capitalismo, por meio do sistema educacional e da regulação do patrimônio e do fluxo de renda (imposto de renda negativo) (POCHMANN, p.4, 2004).

Cabe destacar que o Estado de Bem-Estar Social se torna emergente a partir da rejeição do pensamento liberal clássico, após a grande crise as forças políticas e as massas populares já não confiavam na economia e no mercado como forças únicas e principais para a estabilidade social, Pochmann (2004) explica que:

[...] consagrou-se a importante politização das ações de natureza pública executadas pelo Estado, com a finalidade de restringir o papel das forças do livre mercado. Assim, quase um monopólio representado pelo Estado, em maior ou menor grau, foi difundido no centro do capitalismo mundial, com as funções de conceder proteção social a todos cidadãos e garantir a edificação de uma sociedade menos desigual, enfrentando a estratificação imposta pelo mercado (POCHMANN, p.4, 2004).

Analisando a obra de POCHMANN, 2004 é possível afirmar que, ele traça três motivações que guiaram o Estado de Bem-Estar Social, o primeiro foi a característica pós-liberal, desde a Depressão de 1929, que se manteve circunscrita na proteção social, direcionada apenas para os mais pobres, vistos como incapazes de manterem-se em uma sociedade competitiva.

A segunda, de natureza corporativa, que por ter sua importância no mercado de trabalho, tencionou a separação da proteção social para determinadas categorias ocupacionais, tratando-se de uma busca por equidade social.

A terceira trata-se da motivação social-democrata, responsável por beneficiar com a redistribuição de renda através dos fundos públicos, com tributação dos mais ricos e transferência para os mais pobres, não se referindo apenas à distribuição de serviços públicos, mas também à expansão econômica e controle da força de trabalho.

Sob essa ótica Behring e Boschetti (2011) constroem um perfil histórico de como essas políticas foram inseridas, e para isso retomam ao contexto de organização e lutas da classe trabalhadora da Alemanha, onde o conceito de cidadania ganhou espaço ampliando nos campos interventivos para além da pobreza extrema, e foi neste instante que houve uma disseminação das políticas sociais todavia elas tiveram crescimento diferente em cada país, havendo uma ascensão no final do século XIX quando tornou-se obrigatório o Estado intervir junto aos problemas sociais.

Pochmann (2004) pontua que foi a partir dessas motivações que surgiram numerosas experiências referentes a um novo papel do Estado, no centro do capitalismo mundial, “[...] especialmente constatado pelo comportamento do gasto público complementar à demanda

agregada, que até a década de 30 era definida fundamentalmente pelo setor privado” (POCHMANN, p. 04, 2004).

O desenvolvimento da proteção social no centro do capitalismo mundial é traçado por evoluções, rupturas, continuidades e transformações históricas, Pochmann (2004) destaca que em todos os casos havia pelo menos três condicionantes para a fundamentação estrutural do Estado de Bem-Estar Social, apresentadas nas seguintes formas:

1 - Lógica Industrial Moderna – esta diz respeito a uma das primeiras condicionalidades estruturais para a emergência do Estado de Bem-Estar Social, responsável por reunir uma grande quantidade de trabalhadores que se encontram na mesma condição em um só local, inseridos em um ritmo acelerado de trabalho e trabalhando com tecnologia. Esse condicionante é capaz de ocasionar uma crise de superprodução. Ocorria troca de produtividade, capaz de garantir disciplina, além de um aumento da intensidade de trabalho;

2 - Democracia de Massas - A partir do aumento da produtividade apoiado na lógica industrial surge esta condicionalidade estrutural, se sobrepondo a já existente. Enquanto havia a tributação para a classe mais alta, houve a criação de fundos públicos para transferência de renda para as classes mais vulneráveis, auxiliando na diminuição do pauperismo, desemprego e desigualdade social;

3 - Sociedade Salarial - Essa diz respeito a sociedades que se originaram a partir de mercados de trabalho organizados e assalariados, podendo haver intervenção do Estado. /o pleno emprego tornou-se fundamental para o processo de estruturação do mercado de trabalho, entre o fim da II Guerra Mundial e o final da Guerra do Vietnã, em decorrência do aumento no crescimento econômico;

4 - Crise nas Condicionalidades Estruturais - frente à desregulação intercapitalista, a partir dos altos rendimentos e crise no final dos anos 1970, o Estado de Bem-Estar Social passa a ser questionado. Houve baixa no crescimento econômico, resultando no difícil acesso ao pleno emprego, trabalhos fragilizados, bem como diminuição do conteúdo dos regimes democráticos, diante desse contexto surge um novo cenário de pobreza e desemprego e o Estado de Bem-Estar Social tem contribuído para o enfrentamento dessas expressões da questão social.

Uma vez exposto como surge a ideia de proteção social no mundo capitalista é possível adentrar os diversos aspectos e características dos modelos de proteção social definidos através de sua trajetória histórica no mundo.

O episódio da crise no sistema financeiro em 1929 nos Estados Unidos foi um momento decisivo para a burguesia no que se refere ao reconhecimento das limitações do mercado, em resposta à crise, o Estado procura alternativas de inserir a classe trabalhadora como uma das

opções de fazer o mercado voltar a funcionar, e fazem isso por meio de reativação dos postos de emprego e aumentando o poder de consumo dessa classe.

Uma alternativa foi alinhar o modelo keynesiano ao fordista³, ou seja, de um lado tem-se a produção em massa, do outro o consumo em massa com acordos coletivos com os trabalhadores, entendendo que o fordismo e todo e qualquer modelo não afeta somente nas formas técnicas de produzir, mas também nas formas de relações sociais dos indivíduos, e nesta ocasião, a mudança alcançou processos de criação de políticas também (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Nesse ínterim, Santos (2017), aclara que a política nos moldes do keynesianismo ficou conhecida pelo objetivo principal de reativar a produção e a economia do Estado, portanto, tinha como finalidade elevar as demandas a nível global antes de evitar a crise, e ainda buscou com tal medida minimizar os impactos usando de alguns mecanismos, sendo eles: “[...] a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do ‘controle de preços’; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais.” (IBIDEM, p.06, 2017).

A Ibidem (2017), ainda destaca esse fato como uma ocasião histórica já que há uma generalização das políticas sociais, e o tal momento foi denominado de Welfare States, também conhecido como o Estado de Bem-estar Social, período em que se institucionalizou, abrangeu e universalizou as políticas de cunho governamental expandindo os benefícios sociais comprometidos com o crescimento econômico e com ofertas de empregos (IBIDEM, 2017).

Para entendermos melhor, Santos (2017) pontua que o “Estado de Bem-estar Social” grosso modo aconteceu através da sistematização das políticas sociais em vários países, e dentro do Estado capitalista em fase monopolista.

Foram se desenvolvendo espontaneamente, porque as necessidades do sistema foram se modificando com o decorrer dos anos e assim houve a ampliação de intervenções estatais tanto na economia quanto nas demandas sociais, em consequência disso, na medida em que ia aumentando o poder do capitalismo, de tabela iam solidificando sua função social para com a sociedade.

E por isso o *Welfare State* foi funcional, porque com a generalização das políticas sociais a classe trabalhadora foi induzida a amortecer a sua luta contra a classe dominante mesmo que de forma inconsciente.

³ O Estado Keynesiano/fordista reorganizou a hegemonia capitalista prevalecente, aceitando a presença das massas, sem, contudo, se configurar como uma instituição linear. O Estado Keynesiano/fordista, a par de ser contraditório, penetrou na relação salarial e tornou as lutas políticas cada vez mais dependentes dele (SILVA, 2011, p. 46)

Recapitulando, a partir do pacto estabelecido pelo governo com características keynesiano-fordista como forma de enfrentamento a questão social e fomento da produção econômica surge o Estado de Bem-estar social objetivando inserir o máximo possível de trabalhadores na roda do sistema, e esse pacto foi firmado por meio de muitas negociações entre o Estado nas suas representações políticas e os sindicatos representando os trabalhadores, essa época também ficou conhecida como “anos dourados”⁴ e para que os indivíduos tivessem o seu poder de produção e de consumo elevado o Estado teve que intervir por meio da implementação de políticas sociais.

Mattei (2019), referenciando Esping-Andersen (1990), categoriza três grupos discriminados da seguinte maneira:

- a) Modelo Social-Democrata: sistema composto por diversos serviços públicos e de transferências monetárias com um caráter altamente inclusivo e universalista. O resultado é a constituição de sociedades bastante igualitárias e garantidoras da cidadania plena. Neste caso, cita-se como exemplo os países escandinavos;
- b) Modelo Liberal: sistema assentado na lógica do trabalho onde se procura atender os indivíduos excluídos dos processos econômicos, razão pela qual as políticas assumem um caráter mais focalizado. Nesse caso, coexistem políticas de proteção social e índices importantes de desigualdades. Como exemplo desse modelo citam-se os casos dos Estados Unidos e dos países que compõem o Reino Unido;
- c) Modelo Conservador: modelo cujos valores estão fortemente atrelados às concepções religiosas e com um menor grau de comprometimento com a erradicação das desigualdades, uma vez que nesse sistema procura-se preservar determinados privilégios sociais. Como consequência, as políticas públicas são bastante limitadas e os benefícios financeiros dependentes de contribuições pessoais e orçamentos governamentais. Destacam-se nesse modelo os casos da Bélgica e Áustria, dentre outros (ESPING-ANDERSEN, 1990 apud MATTEI, 2019, 59).

Na teoria marxista o sistema econômico capitalista tende a passar por momentos periódicos de crise, nesse contexto e dando continuidade à historicização da proteção social, é preciso analisar como se dá também a dinâmica estrutural e social em países ditos da “periferia do capitalismo” como o Brasil.

Diferente dos países europeus, o Brasil não transitou do feudalismo para o capitalismo. No que convencionou-se chamar de capitalismo tardio o país teve sua “revolução” a partir da Abolição da escravidão em 1888 e Proclamação da República em 1889.

Desde o século XVIII a estrutura social tendia a um desenvolvimento capitalista “vulgarizado”, a massa de trabalho era em maioria escrava e consequentemente estigmatizada

⁴ Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a passagem dos anos sessenta aos setenta, o capitalismo monopolista viveu uma fase única em sua história, fase que alguns economistas designam como os “anos dourados” ou, ainda, as “três décadas gloriosas”. Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiram mais: as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram diminuídos pela regulação posta pela intervenção do Estado (em geral, sob a inspiração das ideias de Keynes) e, sobretudo, as taxas de crescimento mostraram-se muito significativas (NETTO; BRAZ, 2012, p.208).

pelo punitivismo, trabalho forçado e diferente dos camponeses no sistema feudal, não detinham posses e tão pouco usufruíram dos resultados do próprio trabalho.

O caráter predatório do sistema econômico escravista é consequência do inexistente desenvolvimento técnico das forças de produção. A tática das fugas de massa ditava características latentes do momento histórico no Brasil, que resultaram em uma reforma agrária irregular, visando a libertação do trabalho forçado, os escravos abandonaram em massa os locais de trabalho não participando assim do ideal de repartição do latifúndio escravista.

[...] a agricultura pós-escravista, fundada na grande propriedade e na dependência pessoal do camponês, sempre apresentou baixo desenvolvimento técnico, o que impediu o avanço da diferenciação entre campesinato médio e campesinato pobre. Por falta dessa dinâmica social no campo, a transição para o capitalismo no Brasil não pôde contar com uma reforma agrária redistributiva, voltada para a destruição do latifúndio. A consequência histórica desse déficit foi a indisponibilidade para a burguesia industrial nascente, de um mercado interno de massas e de um contingente de força de trabalho previamente treinado no artesanato rural (SAES, 2015, p. 05).

A natureza tardia e acelerada do desenvolvimento capitalista no Brasil também acarretou uma industrialização retardatária, com participação previamente limitada na economia do país, as dificuldades em internalizar e difundir tecnologia na indústria e nos mecanismos de produção colocaram o país em uma posição defasada no cenário mundial. Saes (2015) pontua que:

[...] A Revolução política burguesa transcorre, aqui, entre 1888 e 1891, concretizando-se através de episódios que, no seu conjunto, determinam a substituição, no plano nacional, do Estado escravista pelo Estado burguês: a Abolição da Escravidão a Proclamação da República e a Assembleia Constituinte. No entanto, as atividades industriais passam a predominar sobre as atividades agrícolas, em termos de participação percentual no PIB, somente no fim da década de 1950 (SAES, 2015, p. 07).

Elencado as peculiaridades caóticas do desenvolvimento capitalista no Brasil está o processo histórico de colonização de viés exploratório que trouxe ao país o fenômeno da desigualdade social, Oliveira (2015) pontua que a desigualdade social, em uma análise mundial e categórica, não é um fenômeno contemporâneo, de fato, desde a Revolução francesa de 1789 já se clamava o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, contudo a conclusão final de que mesmo após mundo globalizado a desigualdade se mostra parte inata e indissociável do capitalismo exigiu do sistema, medidas que reparassem de forma mesmo que paliativa os sintomas sociais advindos daí. Oliveira (2015) pontua ainda que:

A busca pela superação da desigualdade social na sociedade moderna vem sendo abordada sob duas perspectivas: a ideia de igualdade absoluta (igualdade total na situação socioeconômica dos indivíduos) e igualdade relativa (igualdade de oportunidades a todas as pessoas da sociedade). A absoluta é irrealizável, uma utopia,

devido à natureza de insatisfação das pessoas em acumular bens, dinheiro, poder, riqueza e, por isto mesmo, uma permanente disputa entre indivíduos, expressada pela máxima medida de encher nunca enche. A igualdade relativa torna-se possível à medida que os grupos sociais menos favorecidos conquistam mais direitos; e estes se traduzem em políticas públicas de distribuição de renda, gerando equidade social (OLIVEIRA, 2015, p.02).

Como supracitado, no Brasil a desigualdade perpassa dimensões (políticas, econômicas, sociais, raciais, regionais e culturais) desde sua fundação. Em uma linha histórica, na primeira república por volta de 1889 a 1930 quando o país começou a desenvolver o modelo de agro exportação, o trabalho assalariado se dava de forma completamente precária, sem regulamentações e normativas, elementos essenciais para o desenvolvimento do trabalhador, como o horário de trabalho, não possuía uma lei ou decreto definindo, o que permitia ao empregador esse imperativo.

Logo, a pobreza, miséria e desigualdade eram questões de segurança sobre o encargo da polícia, já de 1930 a 1945, a denominada era Vargas, trouxe grandes mudanças para a história republicana nacional, governado por Getúlio Dornelles Vargas o país passava por um processo de ruptura com a República velha, dando fim a política do “café com leite” e trazendo reformas socioeconômicas.

Como ressaltado anteriormente, a política social compreendida por Machado (2006) está longe de ser um instrumento de emancipação do sujeito, pelo contrário, ele se torna um mecanismo de controle da classe trabalhadora e apesar de ser um produto da luta entre o trabalhador e o capitalismo serve apenas como um amortecedor dos impactos e contradições do próprio capital.

Ou seja, os serviços sociais voltados para o atendimento à saúde, à aposentadoria e outros, são considerados como privilégios ao trabalhador e não somente a eles, porém aqueles que estão no mercado informal de trabalho e àqueles que não estão empregados, para a autora é vista como um instrumento de aprisionamento do sujeito, e a grande problemática encontra-se nessa seara.

De acordo com Ibidem (2006, p. 13) em meio a organização capitalista de valorização e acumulação do capital “[...] se coloca como uma possibilidade de estabelecer um certo grau de compatibilidade entre os interesses e necessidades dos capitalistas e os interesses e necessidades da classe trabalhadora”. Enfatizando que,

A política social é uma política do Estado capitalista de controle da classe trabalhadora e de controle do preço da força de trabalho. A política social tem uma relação direta com o preço da força de trabalho. É através, também, da política social que o Estado estabelece determinações legais para adequar o preço da força de trabalho às necessidades do capitalismo. A política social se insere na arena política das lutas de classes. Se constitui, assim, num espaço de reivindicação da classe trabalhadora e, ao

mesmo tempo, numa possibilidade de se tornar instrumental aos interesses de perpetuação do poder capitalista (Ibidem, 2006, p.16).

Mas, o quão funcional o sistema do capitalismo é para esse tipo de política? Será que o viés da benevolência e solidariedade caracterizada por meio delas imprimem a visão de que o Estado está preocupado com as mazelas criadas por ele próprio? Está o capital angustiado frente à desigualdade social crescente?

A resposta frente a tais indagações consiste em unicamente uma alternativa, e isso não quer dizer que o Estado esteja preocupado com as problemáticas emergidas do sistema, tão pouco angustiado com a desigualdades latentes entre as classes sociais e a divisão da riqueza socialmente produzida.

O que interessa sumariamente ao capitalismo é que ele se mantenha reproduzindo e se para isso tiver que desenvolver políticas sociais setoriais como: de educação, saúde, assistência, habitação, previdência, e outras mais, o fará, pois só poderá se reproduzir quando ofertar condições de manter viva e operante a sua força de trabalho.

Aí está a funcionalidade, “[...] reside, essencialmente, no desenvolvimento de medidas que se compatibilize de maneira ótima com os interesses do capital [...] determinada pela necessidade de reprodução do sistema capitalista” (MACHADO, 2006, p. 17).

No entanto, foi o cenário macro do surgimento das políticas sociais no mundo, como se deu, em que contexto, e quais as primeiras formas de intervenções do Estado frente às demandas emergidas do modo de produção capitalista, todavia, cabe salientar ainda nesse enredo como aconteceram no Brasil, em que contexto e quais foram as intervenções do Governo em meio a questão social.

Neste sentido, no Brasil, por volta do início do século XX é que se ensaiam (mesmo que frágeis e dispersas) as primeiras medidas de proteção social, Gois (2017), apresenta que a exemplo dessas medidas iniciais tem-se a legalização dos sindicatos para representar a classe trabalhadora entre os anos de 1903 a 1907, e em 1909 ocorre por meio de negociações as normatizações referentes aos acidentes de trabalho.

E não parou por aí, na década subsequente aprovada a lei Eloy Chaves significa um marco nas iniciativas previdenciárias no ano de 1923 que estabelecia a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões – CAP’s, mesmo que essa lei não alcançasse todos os trabalhadores, somente os que tinham vínculos ferroviários e marítimos, mostrando o caráter seletivo e fragmentado dessa política.

Outro marco significativo no país é destacado pelas autoras Behring e Boschetti (2011) a criação do Ministério do Trabalho em 1930 e no ano de 1932 é instituída a Carteira de

Trabalho no Brasil, sob essa nova regulamentação a nação passa a seguir padrões de assistência de outros países desenvolvidos e passam a ofertar além dos benefícios relativos aos acidentes de trabalho, ainda ampliam o leque para outros auxílios como: maternidade, doença, seguro-desemprego e outros.

Ferreira (2003) destaca que entre os anos de 1930 a 1964, houve uma aceleração no desenvolvimento industrial do Brasil passando pelo Estado Novo de Vargas(1937-1945), o modelo de nacional desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e as reformas de base de João Goulart (1963) trazendo as primeiras centelhas de políticas públicas a fim de diminuir as desigualdades sociais com a: “[...] política de salário mínimo, aposentadoria, regulamentação da jornada de trabalho, cuidados mínimos com a saúde do trabalhador, planos habitacionais destinados a grupos de pessoas, sob a responsabilidade do Estado.” (OLIVEIRA, 2015, p. 03 apud FERREIRA, 2003).

Ainda de acordo com Oliveira (2015) nesse período se iniciaram organizações de trabalhadores na luta pelo acesso e garantia de direitos e aumentos salariais. Contudo os altos rendimentos permaneciam destinados à grande elite industrial, as políticas sociais não chegavam aos campos, resultando na migração em massa de moradores para as cidades, estes acabavam desempregados, o que ampliou significativamente a taxa de pobreza no país.

Por volta de 1960 com a construção de Brasília o país entrava em instabilidade econômica e política, com uma dívida interna e externa descontrolada que culminou no golpe militar de 1964.

O regime perdurou até 1985 e teve um percurso marcado pelo autoritarismo e repressão, durante esse período ocorreu uma grande aceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), industrialização e inflação baixa, contudo permaneciam em alta as migrações para a cidade, com o chamado êxodo rural.

As desigualdades sociais se intensificaram e os trabalhadores e movimentos sociais passam mais uma vez a ser tratados como questão de segurança sobre o encargo da polícia e do Estado:

No campo, o período da ditadura é marcado por um grande êxodo rural. Ao longo do "milagre econômico", cerca de 10 milhões de pessoas migraram para as cidades. Sem qualificação, a mão de obra barata se concentrou na construção civil e na prestação de serviços. “O 'apartheid urbano' brasileiro acontece nesse período. A população pobre cresce nas periferias sem acesso aos serviços públicos e aos melhores empregos”, afirmou Pedro Paulo Bastos. Hoje, segundo dados do IBGE, só 16% da população vive no campo (ROVAROTO, 2019, online).

Na conjuntura nacional que ficou conhecida como Estado Novo⁵ (sob comando de Getúlio Vargas), foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social vinculado ao Ministério da Saúde e Educação, a criação desse dispositivo para a época foi o ápice da assistência social no país.

Todavia, a formação dos seus membros voltada para a filantropia, ou seja, seus investimentos não tinham repasses federais, e com a criação do conselho abriu precedente para que a primeira-dama naquela ocasião (Darcy Vargas) criasse e assumisse a Legião Brasileira de Assistência (LBA), instituição que foi marcada pelo “primeiro-damismo” (tema a ser debatido e aprofundado no último capítulo desta dissertação), e também pela cultura nacionalista do patriotismo que evidenciou a existência de uma “[...] simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e relação benefício/caridade x beneficiário/pedinte, conformando a relação entre Estado e classes subalternas” (SPOSATI, 2003, p.46).

Refletindo os caminhos da política social no mundo, a assistência social no Brasil também foi entendida como uma troca de favor, uma ação voluntária de cunho cristão que historicamente naturaliza a pobreza.

Nesta perspectiva, portanto, como analisado por Sposati (2004) as ações sociais não eram vistas como uma política, porque a Legião ofertava práticas assistenciais em caráter de urgência, imediatistas e de forma pontual.

Ainda versando brevemente sobre as intervenções assistencialistas, Yazbek (2004) considerava que tais ações eram pontuais, fragmentadas e sem o viés político, pois o que ficava impresso na sua essência era a natureza da benevolência direcionada entre o Estado e os segmentos dessa sociedade burguesa embebidos pelos ideais capitalistas, que enxergavam a concessão de auxílios financeiros através de quesitos baseados na meritocracia e o direcionamento dos benefícios era para quem as primeiras damas enxergavam como os mais “necessitados”, e foi assim que por vinte anos a assistência social no país foi coberta de ações paliativas, que tutelava os sujeitos.

A Era Vargas perdurou até a década de 1940 quando o governo de Getúlio cai despontando um novo cenário no país que atravessa uma série de crises econômicas, políticas e sociais, todavia, apesar do movimento operário e movimento popular estar mais consistente, maduro e determinados a cumprir com o compromisso de reivindicações, é registrado no Brasil

⁵ Em novembro de 1937, por meio de uma aliança entre as forças armadas e os governadores, Getúlio Vargas dá um golpe de estado e fecha a Câmara dos Deputados e o Senado, instaurando o Estado Novo (JESUS; MENDONÇA; KIRSTEN, 2017, p.02). Disponível em: <
https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_I/i1ee2299c1c9832241a019300ac380088a.pdf >.

o maior período de expansão da industrialização e urbanização no território, o setor agrário e de exportação mantém-se em alta nesse período (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Seguindo esta linha do tempo, durante o período de Ditadura Militar implantado no Brasil a partir do ano de 1964 também foi responsável por refletir nas políticas sociais e trabalhistas, o Golpe apoiado pelo imperialismo norte americanos e setores ultraconservadores da Igreja Católica alinhados com a burguesia nacional e internacional realizaram uma espécie de barreira para conter os avanços populares em curso.

Ou seja, o capitalismo não satisfeito com as reformas e avanços sociais resistiram e intervieram através de prisões de lideranças, assassinatos, torturas dentre outras barbáries para imobilizar a classe trabalhadora (LARA; SILVA, 2015).

Conforme aprofundamentos realizados pelos autores, o período ditatorial foi destinado também a barrar as conquistas econômicas e sociais das classes subalternas, neste sentido, a primeira medida realizada pelo governo da época (Castelo Branco) foi revogar a lei que impedia que as empresas estrangeiras pudessem efetuar remessas de lucros excessivas, instituiu o arrocho salarial, restringiu crédito às empresas, dentre outras ações.

No setor trabalhista, também houve significativos retrocessos, como o fim da garantia de estabilidade de trabalhadores após dez anos na empresa (Ibidem, 2015).

Behring e Boschetti (2011) salientam que esses 20 anos em que o país viveu sob uma Ditadura Militar foi o suficiente para reacender o conservadorismo implicando diretamente nas características das políticas sociais até então desenhadas, estabelecidas pelo aparelhamento do Estado e oportunizando que o capital estrangeiro investisse e expandisse dentro do país.

Após a queda do regime ditatorial, o país se organiza no avanço a direitos sociais, por meio da construção da nova Constituição Federal de 1988, ou a chamada Constituição Cidadã, junto a ela se materializa um novo cenário para a sociedade através do reconhecimento da Seguridade Social e a legitimação da Proteção Social com caráter público e não mais de filantropia.

O cenário ficou conhecido por muitos autores que se debruçaram a estudar como o período de “reestruturação progressista”, porque com a Carta Magna vigente nunca na história havia traçado tantas garantias fundamentais aos indivíduos, após as demais constituições se comporem por políticas fragmentadas, setoriais, imediatistas e clientelistas.

Sendo assim que a sociedade de trinta anos atrás era gerida, com políticas sociais que cuidavam de forma momentânea dos vulneráveis, que faziam seleção, que tinham ações paliativas e focalistas, e assim as políticas anteriores “[...] Quase sempre não se concretizam,

apenas se transformam em programas e diretrizes para serem exibidos à sociedade, sem intervenção nela, porque não tem função de intervir” (VIEIRA, 2007, p. 104).

Mattei (2019) destaca que apesar de nesse período a proteção social ter adquirido características mais universais no Brasil, contemplando áreas de saúde, educação, assistência social, suplementação alimentar e programas habitacionais o regime militar favorecia o Governo federal centralizando o controle das decisões sobre assistência social e impedindo que movimentos de representação social participassem de forma política, o que fez que com o tempo o sistema assumisse aspectos clientelistas que afetaram diretamente a proteção social.

Com o esgotamento político do regime militar e a crise no sistema financeiro internacional, esse modelo de intervenção estatal veio a desfazer-se e só voltou novamente a ser foco quando a política nacional tornou a se estabilizar por volta de 1986 e entrou em pauta a constituição federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 contempla a proteção social em um meio que integra o poder público e a sociedade a fim de garantir de forma universal a Seguridade Social, ações relativas à saúde, previdência e assistência social, em um sistema organizado a encargo do Estado, e apesar do percurso histórico conturbado até então e o entendimento da proteção social como ferramenta essencial para conter a desigualdade e precarização social fruto do sistema capitalista muitos teóricos encontram desafios e contradições dos sistemas proteção social.

Mesmo assim, um crescente processo de ameaças de desmantelamento desse legado configura um desafio permanente, com rebatimentos no reconhecimento público do direito à proteção social e ao seu usufruto. As mudanças institucionais e arenas de disputa que seguiram o processo de implementação dos direitos proclamados por meio de políticas públicas acabaram por afastá-los do ideário do Estado de Bem-Estar, assim como das noções de direito e cidadania que figuram no texto constitucional (MENICUCCI; GOMES, 2018).

Nesse aspecto, a matriz conservadora, punitiva e desigual impregnada na sociedade brasileira, grosso modo, contribui para a inconformidade daqueles que querem manter privilégios e, por conseguinte, boicotam as políticas de inclusão social da parcela mais pobre da população (GALLEGO, 2016 apud SANTOS, 2020, p. 2-3).

Pereira (2013) enfatiza que a proteção social é relacionada/tratada como tutela ou paternalismo estatal, “omitindo” seu caráter de política social de responsabilidade estatal, além de estigmatizar os seus usuários e os trabalhadores dessa área. Porém, mesmo que esta seja desmerecida:

[...] não é descartada pelo sistema que a engendra, entretanto, colocada a serviço da satisfação das insaciáveis necessidades do capital, em detrimento da satisfação das necessidades sociais, que vem sendo ostensivamente rebaixadas em nível bestial de sobrevivência animal” (PEREIRA, 2013, p.640).

A doutora em sociologia salienta ainda que apesar da proteção social ser funcional no processo de acumulação capitalista, esta visa um recurso de defesa dos trabalhadores assalariados contra a exploração do capital.

Deste modo, pensar a formação e trajetória das políticas sociais dentro do Estado capitalista é entender que elas estão atreladas a cada uma das formas em que o sistema se estruturou dentro da sociedade e a partir da necessidade de responder às demandas da classe trabalhadora advindas das desigualdades produzidas provenientes desse modo de produção.

O caráter pontual e/ou focalista dessas políticas estão envoltos de vários determinantes, sejam eles de cunho políticos, econômicos, culturais e sociais de cada contexto aplicado.

Diferente do que a carga semântica do termo políticas sociais acarreta voltado para a aplicação de medidas de reparação social, elas têm como objetivo principal (dentro do sistema capitalista) realizar a manutenção e reprodução do sistema e não a superação dele.

Para Machado (2006) o processo histórico das políticas sociais é proveniente da formação econômica e social do próprio capitalismo, que objetiva agir e controlar as necessidades sociais básicas da classe trabalhadora, necessidades produzidas e reproduzidas pelo próprio sistema “[...] uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades e interesses da classe trabalhadora, sempre tendo por perspectiva a manutenção do capitalismo” (p.16).

Conforme Höfling (2001), o capitalismo se constitui a partir de problemáticas que emergem do seu próprio desenvolvimento e se sustenta na reprodução da força de trabalho.

Com isso, para que o Estado possa se manter, ele precisa tomar para si a responsabilidade de resolução desses problemas, porquanto, só a partir daí poderá assegurar a reprodução e manutenção da força de trabalho e da aceitação dessas condições.

Deste modo, é nesse cenário que as políticas sociais ganham funcionalidade pois elas contribuem para a resolução dos problemas através das intervenções do Estado atingindo toda a sociedade.

Os problemas resultantes desse modo de produção são chamados pelos estudiosos das áreas sociais de “questão social”, que de acordo com Santos (2012), se engendra a partir da acumulação e reprodução do capitalismo decorrente do aumento da produtividade do trabalho social e diminuição do tempo para a produção de mercadorias.

Segundo a autora, o que interessa ao capital é: ao diminuir o tempo de trabalho necessário para produzir uma mercadoria - concomitante a isso - aumenta a captação da força de trabalho não pago desses trabalhadores, e assim, gera por exemplo, o chamado de exército

industrial de reserva⁶, a formação desses indivíduos durante esse percurso de estruturação é um dos vários problemas que se manifesta nesse processo (Ibidem, 2012).

Destacando que além do exército industrial de reserva, também emerge o fenômeno considerado como pauperismo. Nas análises de Marx (2001 apud SANTOS 2012), “[...] nas mesmas condições em que se produz a riqueza, produz-se também a miséria; que nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolve-se também uma força repressiva” (p.27-28). Ou seja, uma das características próprias do sistema é a contradição da riqueza socialmente produzida e de como ela é seletivamente repassada.

De acordo com Santos (2012) através da compreensão de “questão social” como resultante do capitalismo, podemos enxergar-la impressa nas suas mais variadas expressões, já que, na medida em que se concentra apenas na produção, as condições de vida dos trabalhadores são colocadas em segundo plano refletindo por exemplo no aumento da mortalidade infantil e adulta, nas habitações e locais de trabalho insalubres que acaba por gerar morbidades e doenças, além dos baixos salários, prostituição, alcoolismo, dentre outras expressões.

Assim, para que o capitalismo possa ser sustentável precisa manter a sua força de trabalho ativa, e no processo de acumulação do capital Höfling (2001) expõe que “[...] as formas de utilização tradicionais da força de trabalho se deterioram, são até mesmo destruídas, escapando à competência dos próprios indivíduos a decisão quanto à sua utilização” (p.33).

E quando a força de trabalho se desgasta, o Estado entra em cena como o órgão que regulariza os serviços (políticas) para que possa manter viva e produtiva as suas fontes de lucros e de riquezas.

Nas análises de Marx (1988) citado por Santos (2017) elucida-se como o Estado, no processo de transição do feudalismo para o capitalismo causou o empobrecimento do povo em detrimento da exploração de uma classe para com a outra, e por tal, o Estado não poderia deixar de intervir nesse empobrecimento, já que “[...] o que o sistema capitalista requer era [...] uma posição servil da massa do povo, sua transformação em trabalhadores de aluguel e a de seus meios de trabalho em capital” (p.03), pois naquele cenário a ação do Estado era fundamental para garantir a ordem e a expansão do sistema.

Baseando-se neste contexto, chega-se à seguinte conclusão: as políticas sociais como algo originário de fontes regulamentadas pelo Estado tem seu surgimento atrelado ao sistema capitalista.

⁶ “Uma superpopulação relativa para esse padrão de desenvolvimento: não os ‘inúteis para o mundo’, a que se refere R. Castel (1998), mas os supérfluos para o capital, acirrando a concorrência entre os trabalhadores – a oferta e procura, com evidente interferência na regulação dos salários (ainda que sejam estes uma função da magnitude da acumulação)”. (IAMAMOTO, 2001, p. 15).

Nesse sentido, as mazelas originárias da própria configuração de desenvolvimento do capital, da exploração e manutenção da força de trabalho, deixando então de ser uma questão de caridade e passa a ser um instrumento do governo para manutenção e funcionamento do capital.

Assim, Machado (2006) alega o entendimento de que a política social é dirigida para a classe trabalhadora, mas não somente a ela, pois o seu principal objetivo é o controle dessa classe, “[...] na medida em que determinadas políticas sociais setoriais contribuem diretamente para a formação de fundos públicos de investimentos de acesso direto dos capitalistas individuais” (p.17.)

A década de 1990 é atingida por uma crise cíclica mundial que causou um movimento de contrarreforma e nesse interim, as políticas e toda a gestão do Estado passam a refletir a égide neoliberal do governo Collor, os interesses do governante foram marcados pelos reajustes fiscais, pelas privatizações de instituições e bens públicos e decretando o fim da aposentadoria por tempo de serviço dentre outras ações.

Se estabelece o Estado Mínimo, e a sociedade brasileira irá reagir a partir daí, entretanto, é mínimo só no que se refere a intervenções sociais e com a classe trabalhadora, o governo deste presidente foi marcado pela obstrução dos direitos sociais conquistados via Constituição Federal de 1988 (CASTRO, 2012).

Já nos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso a sua forma de gestar as políticas públicas foi caracterizada pelas peculiaridades do neoliberalismo, conforme Martins (2007) pontua, houve nesse meio tempo o crescimento da dívida externa e da dívida pública, as taxas de juros elevadas, privatizações de serviços públicos e o mercado de trabalho ficou desregulamentado.

Contudo, apesar do traço neoliberal dessas políticas algumas intervenções e reformas foram feitas, assim como destaca a autora:

Reformas parciais ocorreram, no primeiro ciclo, na Previdência Social, e no segundo, na política de saúde, na política educacional (ensino fundamental) e outra vez na Previdência Social. Inovações ou início de mudança (introdução) registram o seguro-desemprego, no primeiro ciclo, e, no segundo, a educação infantil e o ensino médio, os programas de inserção produtiva, e os de combate à pobreza, aí incluída a Rede de Proteção Social, em base às transferências monetárias diretamente às famílias pobres (DRAIBE, 2003, p.72).

Durante o Governo petista, o presidente Lula adotou outras formas de conduzir e ofertar políticas sociais, pois o objetivo era controlar os desequilíbrios econômicos e sociais dos quais se encontrava o país com a pretensão de diminuir a pobreza extrema em que a população estava,

e políticas iniciadas durante o governo de FHC foram aprimoradas e impulsionadas neste mandato (MARTINS, 2007, p.39).

Assim, Lara e Silva (2015) reforçam que a política econômica do partido governante buscou incentivo no capital financeiro e produtivo, e em meados de 2004 o país volta a ter índices crescentes da melhor distribuição de renda, do aumento do salário-mínimo, da ampliação de postos de trabalhos, dentre outros, um sistema político marcado pela boa intervenção na questão social, com destaque para o programa Bolsa Família que tirou milhões de brasileiros da pobreza extrema.

Foram alguns anos em que o país teve um crescimento expressivo, e políticas foram direcionadas e gestadas para a classe trabalhadora, o acesso ao mínimo foi ofertado à população, entretanto, Antunes, Santana e Praum (2020) relatam que em 2008 o capitalismo entra em crise e o governo negligenciou a dimensão dela considerando-a como uma “marolinha”, e essa relevância perpassou para o governo seguinte de Dilma Rousseff (a primeira presidente mulher) quando na sua gestão o país se vê a uma crise econômica que gerou expressivas insatisfações que foram evidenciadas durante as manifestações de junho de 2013.

Todos os acontecimentos desencadeados pelo país culminaram em sucessivas hesitações sobre a condução e oferta das políticas até então aplicadas. Trindade e Miranda (2020) consideram que essas manifestações do período atestaram que nem tudo estava indo tão bem como esperado porque a saúde, a educação, o transporte e demais políticas estavam em condição de degradação.

Apesar do cenário crítico no que se refere aos aspectos econômicos e políticos, a candidata petista se reelege, no entanto, em 2015 o governo que se centrava nas classes menos favorecidas estava chegando ao fim, outras questões se tornaram prioridades como a ampliação do superávit primário, privatizações de estradas, aeroportos e portos, a reforma da previdência, dentre outras ações que fizeram com que a classe dominante fosse favorecida prejudicando a classe trabalhadora aumentando o trabalho precarizado e o desemprego (ANTUNES; SANTANA; PRAUM, 2020).

A concretização dessa conjuntura que assolava o Brasil se deu quando em 2016 a presidente democraticamente eleita sofreu um Golpe (impeachment) orquestrado pela burguesia que buscava a ascensão da extrema-direita ao poder para que houvesse avanço nas políticas neoliberais.

Assume em seu lugar o seu vice-presidente (Michel Temer). Já mostrando para que veio, através de um ataque à Constituição Federal de 1988, o presidente propõe a Emenda

Constitucional Nº 95 (PEC da Morte) com o intuito de congelar os gastos com as despesas públicas por 20 anos.

Esse foi um marco que representou o fim do Estado garantidor de direitos previsto na Carta Magna, pois na medida em que se inverte as prioridades da população em suas necessidades sumárias o Estado passa a infringir direitos constitucionais (MENEZES et al, 2019).

Azevedo e Nascimento (2020) analisando os efeitos do Golpe 2016 na sociedade brasileira, mais precisamente na classe trabalhadora, chegaram à conclusão de que as marcas mais visíveis foram observadas nos desmontes das políticas públicas e sociais expressadas através de reformas e contrarreformas (Previdência, Trabalhista) com a justificativa de ajuste fiscal⁷ amparada pela Emenda Inconstitucional 95.

E pior ainda estava por vir, em 2018 o Golpe de 2016 é coroado através das eleições para presidente quando Jair Bolsonaro chega ao cargo principal deste país e assume a presidência da República e consigo a direita reacionária conservadora sobrepuja com dilemas de combate a corrupção e retorno da moralidade, todavia, o que se vivencia que “[...] é o aprofundamento brutal de ataques e desmontes de direitos e conquistas trabalhistas, de maneira mais grave e alarmante que nos tempos duros do golpe militar de 1964 (AZEVEDO e NASCIMENTO, 2020, p. 43).

Cohn (2020) reflete que a atuação da gestão é permeada pela aporofobia, ou seja, através de práticas que penalizam os mais pobres com medidas e restrições colocadas a eles de forma arbitrária que fragilizam a Seguridade Social, como por exemplo através das condicionalidades de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), a destruição e descredibilidade do Programa Bolsa Família (PBF), para a autora:

Essa perversidade não reside somente numa pretensa necessidade de se imprimir uma “racionalidade custo/efetividade” às ações do Estado. Ela consiste num projeto político e social de destituição material e ideológica dos assalariados e dos pobres em termos de seus direitos, portanto, enquanto sujeitos sociais (COHN, 2020, p.155).

O resultado de toda essa gestão criminoso é expresso na realidade atual da sociedade brasileira refletindo em problemas sociais como o sucateamento da previdência social, a volta do país ao mapa da fome, o aumento nas taxas de desempregos, de pobreza extrema, o enfraquecimento dos sindicatos, problemas relacionados à educação, habitação, saneamento,

⁷ A austeridade fiscal como cerne de políticas governamentais caracteriza-se por escolhas que exigem grandes sacrifícios da população, seja porque aumentam a carga tributária, seja pela implementação de medidas que restringem a oferta de benefícios, bens e serviços públicos em razão de cortes de despesas e/ou da realização de reformas estruturais, afetando de forma significativa os estratos mais vulneráveis da população (VIEIRA; et al, 2018, p. 32).

dentre outros aspectos que refletem a ineficiência das políticas sociais vigentes (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2020).

Esse quadro é potencializado com a Pandemia da Covid-19 e a sua atuação desastrosa e criminosa frente a essa demanda sanitária que tirou a vida de milhares de pessoas no Brasil e no mundo, e para dizer que não “tentou” o presidente opta por adotar durante esses últimos anos medidas paliativas (auxílio emergencial) de enfrentamentos a questão social.

2.2 O Papel da Mulher na Sociedade Capitalista e seu Lugar de Poder na Sociedade Brasileira

Sabido que a mulher contemporânea tenha conquistado direitos sociais, que a coloca em um espaço diferente, no que tange sua emancipação, decisão e poder desde todo o período histórico da sociedade, não se pode enfatizar que no período pré-histórico, as mulheres eram vistas como imprescindíveis para a sobrevivência dos grupos familiares, já que eram elas que plantavam, colhiam, criavam os animais, preparam os alimentos, além de terem sido responsáveis pela invenção da cerâmica e da tecelagem, diante disso, e do valor atribuído a essas atividades, a mulher ocupava uma posição de autoridade dentro daquele grupo (PRADO, 2013 apud FERREIRA, 2018).

Contudo, Borges, Lapolli e Amaral (2020) discutem que as concepções históricas sobre a mulher na Idade Antiga e sob forte influência da religião tomam um rumo diferente, neste período a mulher começa a perder espaço e ela só seria útil se acaso fizesse parte de uma família através do laço matrimonial do casamento, não obstante, naquela época, o casamento era sinônimo de: sai da subjugação do pai e vai para a dominação do marido.

Sabe-se por meio de Engels (1984) que as mulheres foram rebaixadas pelo patriarcado, na sua discussão sobre a *Origem da Família da propriedade privada e do Estado*, o autor correlaciona que as mulheres obtinham sua descendência pela matrilinearidade isso garantia que o filho era seu, mas com o advento de questões relacionadas à propriedade privada no capitalismo, há a subjugação ao patriarcado e o sistema torna-se patrilinear, e nisto incorre o controle sobre os corpos femininos e sua sexualidade e por conseguinte surge o modelo de família burguesa monogâmica, que impera o advento da herança e propriedades aos herdeiros sob a lógica patriarcal, os herdeiros só eram reconhecidos pelo homem mediante relação monogâmica da mulher.

Entretanto, ao adentrar o período da Idade Média, momento em que a figura da mulher está desvalorizada diante da centralidade masculina, alguns acontecimentos próprios da época

como as guerras e as doenças foram responsáveis por mudanças nesse cenário voltado para o homem, assim, muitos homens ficavam fisicamente incapacitados ou até mesmo morriam, ou seja, por causa disso as mulheres ficavam viúvas muito cedo e por consequência se tornaram chefes de família, além de conquistarem e assumirem grande parte das profissões da época, como ser donas de propriedade por exemplo, e foi nesse período também que elas começaram a adentrar às universidades como também na vida política.

Na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, as mulheres foram ganhando mais espaço, agora elas também passam a ocupar o mundo mercantilista devido às mudanças próprias do período, em destaque a ampliação do comércio e o fim do Regime Feudal, desse modo, “[...] houve um fluxo acentuado de migração e urbanização, tornando assim a mulher uma importante mão de obra para a indústria” (IBIDEM, 2020, p.10).

Após apresentar de forma breve como foi a posição da mulher entre os períodos da Pré-História, Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna, para o avanço nessa análise torna-se necessário compreender como se deu a evolução dela na Idade Contemporânea. Deste modo, nesse período ela ganha outro lugar dentro dessa sociedade, Silva e colaboradores (2005) argumentam por exemplo que até o século XVII o único modelo de sexo reconhecido pela sociedade era o masculino, a mulher na ocasião era vista apenas como um homem invertido, ou seja, como um indivíduo inferior.

Quando nos remetemos a questão de inferioridade do sexo feminino perante ao sexo masculino Ortner (1979) explana que baseado no quesito cultural de cada sociedade, essa subordinação de um sexo para com o outro é universal, e exemplifica essa tese a partir de três dados, o primeiro se refere ao que ele chama de elemento de ideologia cultural, explicando que as sociedades desvalorizam as mulheres e tudo o que elas representam, papéis, atividades e relações sociais, etc., o segundo dado, está relacionado aos esquemas simbólicos, que demonstram benefícios de violações, colocando-as como pessoas inferiores, e o último dado chamado de classificações socioculturais, acaba descartando as mulheres de participar de algum campo que possa ter poder dentro da sociedade.

Neste contexto, reitera-se a discussão a partir de Engels (1984) a qual decorre um processo cultural de formação da família monogâmica, espaço em que as mulheres são oprimidas pelo patriarcado, mais evidente, ocorre o controle do corpo feminino para procriação de herdeiros legítimos, bem como o trabalho doméstico da mulher no terreno da dominação patriarcal, que mais é, o controle do homem sobre a casa (propriedade), a mulher e os filhos.

A mulher, portanto, passa a ser um espécime de escrava doméstica no modo de produção capitalista, pois o trabalho doméstico é parte da produção de mais valia. É importante pontuar

a divisão de classes postas, pois o modelo burguês se estabelece, necessário se faz compreender que na divisão social das classes, mulheres servem a outras mulheres (burguesas).

Nesse caminhar percebe-se que a constituição social do papel da mulher na sociedade se desenvolve subserviente a sua ligação familiar, para tanto existe um costume criado culturalmente, fruto dessa lógica de pertencimento da mulher ao homem, o sobrenome, do pai, do marido, do avô, do homem que realizava o papel considerado fundamental de cabeça da família.

Na Idade Contemporânea, a partir do século XVIII, a mulher começa a se destacar publicamente. Nos remetendo para a realidade da Inglaterra, Federici (2017) narra que naquele período as mulheres começaram a se manifestar de forma pública (saindo as ruas por exemplo), elas ainda continuavam subordinadas ao sexo masculino, mas isso não as impediu de demonstrar insatisfação pelas diferenças existentes, como o acesso ao emprego, ao dinheiro e até a comida.

A manipulação não parava por aí, na Alemanha por sua vez, o controle ao corpo feminino ficou cada vez mais evidente, aos vizinhos, incumbia-lhe a tarefa de vigiar suas vizinhas mulheres na ausência de seus maridos quando elas recebiam homens em casa. Não o bastante, elas eram cobradas que durante o parto teriam que demonstrar-se contente ao ter uma criança, caso contrário, eram castigadas e até mesmo executadas, transformando-as em mulheres escravas, escravas à tarefa também de procriação, além de ser escrava do marido, e do lar, a autora ainda enfatiza que:

Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista. Nesse sentido, o destino das mulheres na Europa Ocidental, no período de acumulação primitiva, foi similar ao das negras nas plantations coloniais americanas, que, especialmente depois do fim do tráfico de escravos, em 1807, foram forçadas por seus senhores a se tornar criadoras de novos trabalhadores (FEDERICI, 2017, p.177-178).

A questão sobre as discussões de gênero só teve espaço após a Revolução Industrial, quando a classe burguesa⁸, ascendeu no modo de produção atual, e foi então, que a partir do século XIX se iniciou o debate em relação as distinções em relação aos sexos, que a priori serviu para delimitar as diferenças entre o macho e a fêmea, além de entender que o conceito de gênero

⁸ A burguesia enquanto personificação do capital, apenas executa as funções necessárias à reprodução do capital, de tal forma que ele se desenvolva ascendentemente. [...] ao proletário cabe a função de produzir riqueza que alicerça o modo de produção capitalista, e que é expropriada pelos próprios mecanismos de funcionamento do sistema. (RODRIGUES, 2014. p.67-68)

é culturalmente construído a partir das características relacionadas a pessoa do sexo masculino ou do sexo feminino (SILVA; et al, 2005).

Sequencial ao Modo de Produção Feudal, o Modo de Produção Capitalista, traz a proposta de um novo modelo de construção da sociedade, e a passagem de um pelo outro foi responsável por estabelecer outros papéis e funções sociais de homens e mulheres, e foi primordial para alavancar as discussões de gênero sobre as tarefas das quais elas seriam partícipes, e em quais elas seriam reprodutivas, além de orientar como deveria ser as relações entre homens e mulheres, “[...] nesse período, ambas realizadas com máxima violência e intervenção estatal, não deixam dúvidas quanto ao caráter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista” (FEDERICI, 2017, p.30).

A trajetória da mulher na sociedade de classes dentro do sistema capitalista no entendimento de Barreto e Jesus (2021) está ligada a compreensão de que ela também é determinada a partir da classe social da qual ela faz parte, afinal de contas o que alimenta esse sistema patriarcal é a exploração e opressão de uma classe para com a outra, e a opressão de sexo não ficaria de fora dessa, apesar de não ser restringido apenas ao sexo⁹, o patriarcalismo atravessa a evolução do sexo feminino, “[...] que se associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o ‘modelo’ patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação”. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 43).

Em contrapartida, o século XIX também é marcado por significativos avanços para o gênero feminino, lógico que tomando por base os séculos anteriores já analisados. Neste período as mulheres operárias tiveram seus benefícios ampliados, conquistaram o direito de se organizarem enquanto grupo, associações, e mais, obtiveram até o direito de votar.

Como consequência disso, a mulher operária foi adentrando aos postos de trabalho mesmo que para tal tivessem salários inferiores ao dos homens. Essa inserção do gênero feminino em outros espaços, foi responsável de aos poucos o trabalho artesanal ir desaparecendo, porque cabia às mulheres exercê-lo, então quando elas começaram a ocupar e desenvolver outras atividades esse trabalho foi perdendo espaço. Mas, apesar do significativo avanço, essa situação trouxe pontos negativos também, porque devido a isso, há um aumento

⁹ O patriarcado, embora atinja de forma estrutural a sociedade, dirige suas implicações centralmente às mulheres; há, contudo, outros sujeitos que ao transgredirem o “modelo” patriarcal do “macho” também sofrem sua opressão. Todos eles, porém, são associados pejorativamente ao sexo feminino. Assim, ainda que atinja outros sujeitos, a lógica que estrutura o patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e a invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado é identificado como feminino, a exemplo das travestis e das mulheres transexuais. (CISNE; SANTOS, 2018, p.43)

expressivo de exploração de mulheres dentro das fábricas, ocasionando a miséria e a prostituição.

Esse século é permeado de mudanças na vida das mulheres, pois sob a égide do sistema que fomenta a teoria de que o homem é quem deve prover o sustento da família, acontecem, concomitante, lutas travadas pelas mulheres em busca de espaço no mercado de trabalho, evidenciando que a função de ser mulher era muito além de cuidar dos filhos, da casa e do marido (TAVARES, 2012).

Um outro fator abordado pela autora está relacionado ao lugar que a mulher ocupava dentro dessa sociedade quando o seu marido faleceu, segundo Tavares, quando as mulheres se tornavam viúvas elas tinham sua posição social declinada, passavam a compor a classe baixa, pois sem o marido para trazer o sustento da família, elas detinham a função de prover a subsistência dos filhos, e para isso, começaram a exercer algumas profissões como: doceiras, artesãs de arranjos de flores, davam aulas de piano e bordado, enfim, mesmo tentando sobreviver de alguma forma, ainda assim eram mal vistas pela sociedade o que dificultava ainda mais a inserção delas no mercado de trabalho além do quesito principal “ser mulher” (IBIDEM, 2012).

Apesar dos percalços, a mulher não recuou na luta por uma sociedade mais igualitária, mesmo com a opressão e repressão advindas do sistema elas foram pouco a pouco ocupando espaços que antes eram reconhecidos por serem unicamente e exclusivamente masculinos, como Soares e Iaki (2002) citado por Tavares (2012) destacam:

Muitas mulheres na época conseguiram transpor as barreiras impostas e quando os homens foram para as frentes de guerra (Primeira e Segunda Guerras Mundiais), começaram então as mulheres a assumir os negócios familiares. Os que sobreviveram ficaram mutilados e não conseguiram voltar a trabalhar e foi nesse momento que as mulheres deixaram suas casas e o cuidado dos filhos como obrigação para concretizar ou levar adiante os trabalhos de seus companheiros (SOARES; IAKI (2002) apud TAVARES, 2012, p.18).

Na sociedade comandada pelo capital, a mulher é obrigada a adaptar-se às nuances do sistema porque se antes ela ficava incumbida das atividades do lar, agora além disso, ela também é condicionada devido às necessidades criadas pelo próprio modo de produção, a se inserir no mercado de trabalho vendendo sua força de trabalho (BARRETO; JESUS, 2021).

Deste modo, as relações de produção da sociedade que por muitos anos trancafiaram as mulheres, impediram-nas de viver em sociedade, submetendo-as às tarefas de casa e aos cuidados do marido e filhos, nesse modo de produção “[...] impelem a mulher frágil e inadaptada à luta do cotidiano e a submetem à dependência econômica do capital” (KOLLONTAI, 2005, p. 17).

Neste novo cenário, a mulher continua sendo uma propriedade do marido, entretanto além dele, a mulher passa a ter outro proprietário, agora ela também se submete além das tarefas do lar, aos meios de produção, agora ela é explorada, subjugada e oprimida dentro e fora de casa com a permissão do Estado, agora ela também é dominada pelo capital (IOP, 2009).

Cabe nesta discussão enfatizar que regido também pela separação de classes, o capitalismo perpassa e provoca delimitações até mesmo em pessoas do mesmo gênero, de acordo com Saffioti (1987), falar de classes é também entender que uma das suas ramificações se sustenta na diferença de sexo, nas contradições de gênero.

Todavia, mesmo e se sustentando nessas diferenciações, as mulheres na classe dominante, ou seja, as mulheres burguesas possuem mais benefícios que as mulheres da classe inferior, as proletárias “Às mulheres das classes privilegiadas, é dado o direito de usufruir da riqueza que possuem, riqueza está assemelhada graças à exploração das classes trabalhadoras em geral [...]” (p.64).

Assim, mesmo que o próprio sistema já faça a separação entre os sexos, ele ainda faz a distinção dentro do mesmo sexo, como as autoras pontuam:

A mulher burguesa não tem nada a ver com a mulher operária e a trabalhadora, com a mulher pobre das periferias das grandes cidades, das favelas e do campo. A cada dia se aprofunda o abismo entre elas, e isso porque suas condições materiais de vida ficam cada vez mais diferenciadas (TOLEDO, 2001, p.9-10 apud CISNE; SANTOS, 2018, p.78).

A posição que a mulher burguesa ocupa dentro da sociedade, mais especificamente dentro da sociedade regida pelo sistema capitalista, já sabemos que mesmo pertencendo ao mesmo sexo elas se dividem quando o foco é raça/etnia e classe social e que por isso até a posição que elas ocupam e o nível de exploração e dominação mudam a depender desses fatores.

Deste modo, Barreto e Jesus (2021) se limitando apenas a dois vieses (classe trabalhadora e classe burguesa), dizem que as mulheres da classe trabalhadora adentram ao mercado de trabalho por causa de necessidades econômicas, já as mulheres burguesas é para dominar (como consequência do sistema) outras mulheres de classes inferiores.

A mulher burguesa se destaca, pois advém da simbiose marcada pelo individualismo, fruto da profunda desigualdade e disputas de oportunidades, são mulheres de classes privilegiadas dentro desse sistema, todavia, elas também sofreram o processo de dominação da figura masculina para com elas.

No entanto, enquanto na classe operária a dominação se deu pela exploração dentro do próprio modo de produção, as mulheres de classe alta e média - apesar de possuir também questões relacionadas a divisão e função dentro das famílias, ficando a cargo do homem cuidar

dos negócios e a mulher das tarefas do lar - essa exploração e opressão são advindas de classes anteriores principalmente das famílias nobres, ou seja, essas opressões são herdadas (PEIXOTO apud BARRETO; JESUS, 2021).

Parafraseando Saffioti (1987) tal questão é evidenciada porque as mulheres que ocupam lugares nas classes privilegiadas, à elas significa concedido por direito ter acesso às riquezas, entretanto abre-se aqui um parêntese, porque elas só podem usufruir dessas riquezas quando outras mulheres (de classes inferiores) foram exploradas, desta forma “[...] o fato é que o modo de viver das classes desfavorecidas que acaba sendo pela classe no poder, em muito se distancia do modo de vida da classe dominante” (SAFFIOTI, 1987, p.64).

Na realidade do Brasil, a evolução dos papéis que a mulher ocupou no decorrer dos anos reflete parte do que foi vivido no cenário mundial. Desde a colonização, a mulher ora foi vista como um ser que exercia funções exóticas, outrora degradantes e até desumanas, durante certo período, elas passaram pela fase da admiração, pelo terror de serem vistas como pessoas satânicas e por fim, como objetos de domínio masculino, ou seja, nas diferentes realidades a mulher foi um ser de gênero marginalizado e até mesmo passível de destruição (SILVA; et al, 2005).

A respeito da particularidade brasileira cabe salientar que no país que no seu processo de colonização, não se pensou em uma terra para viver e sim numa terra a se explorar, principalmente ao que se refere às riquezas naturais existentes, e a partir disso sabe-se que os portugueses que vieram da Europa tinham a clara intenção de extrair as riquezas naturais e de explorar o trabalho forçado dos nativos refere-se mais especificamente das populações indígenas que residiam na terra, que mesmo com a resistência e mediante as bárbaras condições de violências, encontrou-se no escravismo da população africana, por meio da exportação de pessoas negras, uma forma de exploração.

No país, conforme os estudos de Silva e colaboradores (2005), a Igreja também exercia forte influência sobre as mulheres, de como a sociedade deveria enxergá-las, na visão da Igreja a mulher teria que ser submissa ao homem, pois eram pecadoras e deveriam ser mantidas sob a tutela e vigiadas durante toda a vida, e acredita-se que esse envolvimento da igreja tenha sido um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento (tardio) da mulher como ser independente.

Um exemplo simbólico dessa influência da Igreja sob a mulher é o papel dela como esposa, uma função construída culturalmente e que permanece até a atualidade, o que mudou de certa forma, foi que durante a Antiguidade à Idade Média os casamentos eram arranjados sem aos menos ter o consentimento da mulher e um dos principais motivos eram questões econômicas e questão de manutenção do poder das famílias.

Já na contemporaneidade, pelo menos, mesmo diante de várias amarras veladas ainda existentes, a mulher tem mais autonomia para escolher seu par romântico, uma relativa autonomia digamos, bem como se vai querer de fato contrair para sua vida o matrimônio, e até mesmo se vai querer ter filhos, tudo isto fruto de lutas, discussões sociais de longos períodos de tempos.

Outro fator apontado que impedia a evolução da mulher brasileira dificultando a sua emancipação é destacado por Saffioti (1987) quando cita Garcia (2021) para dizer que a questão da raça e da etnia, também são fatores que provocam diferenciações dentro do gênero feminino além da classe social como já observado, a posição da mulher dentro da sociedade vai depender também se ela é da classe burguesa ou da classe operária.

Além disso, o sistema ainda traça um outro quesito para provocar mais separações, a raça e/ou etnia da qual a mulher se enquadra ou é enquadrada, também faz diferença ao valor atribuído a ela, porque naturalmente por ser do sexo feminino há uma diminuição do valor da sua força de trabalho, e dependendo da sua raça e/ou etnia o valor da sua força de trabalho diminui mais ainda.

No entanto, “[...] o fim do modo de produção capitalista não seria o remédio para a desigualdade, pois a força de trabalho é diferenciada conforme o sexo, a raça e a etnia (SAFFIOTI, 1987 apud GARCIA, 2021, p.05).

Destacando dados disponíveis na Plataforma Política Feminina, as autoras Cisne e Santos (2018) explanam que quando voltamos o nosso olhar para a evolução das mulheres negras e indígenas aqui no país, considera-se que elas pouco foram beneficiadas pelas conquistas até então alcançadas pelas mulheres de forma geral, e isso é devido a posição que essas mulheres ocupam ainda dentro da sociedade e dentro da própria classe (feminina), porque elas continuam a compor a base da pirâmide social.

As mulheres negras, por exemplo, possuem o maior índice de desemprego, e quando estão empregadas exercem as profissões menos prestigiadas, possuem salários mais baixos, maior índice de analfabetismo e quando conseguem ter acesso à educação ainda assim têm níveis educacionais inferiores ao de mulheres brancas.

A partir de Davis (2016) pode-se elucidar e consubstanciar a escravidão a qual mulheres negras foram submetidas, tanto ao trabalho doméstico, como à exploração sexual dos senhores, a crítica da autora escancara a distinção atribuída as mulheres negras, portanto há que se considerar nesta discussão, a associação de classe e gênero e raça nos processos de formação social provenientes da sociedade capitalista contemporânea.

Compreende-se que o racismo e o sexismo ocorre de forma mais latente para as mulheres negras, pois transformações do mundo do trabalho recriam as formas análogas à escravidão e sustentam as formas e ideologias de opressão nos diversos espaços da sociedade.

E no que se refere às mulheres indígenas o quadro de limitações é ainda mais evidente, pois elas sequer passaram pelo processo de inclusão social, são colocadas à margem da sociedade.

Após esse recorte, considera-se que a mulher começou a assumir papéis após séculos e séculos de marginalização, aos poucos a sua inserção e participação em vários setores da vida social foi se tornando realidade, ela passa então a ser protagonista da sua história como uma sujeita de direito e de deveres.

Além das lutas travadas nas sociedades anteriores, alguns organismos internacionais também foram importantes para fomentar a inclusão da mulher na sociedade, no trabalho, e no seu direito de manifestação a partir do voto, como a Organização das Nações Unidas - ONU (COULANGES, 1996 apud TAVARES, 2012).

As transformações responsáveis pela emancipação feminina ao longo do tempo se encarregaram de provocar transformações no casamento, na sexualidade, no amor, e na inserção delas em vários outros espaços, evidenciando sua presença em vários setores, como na cultura, na política e no avanço de direitos. Pois, como cita Tavares 2012, as mulheres obtiveram seus direitos “civilmente capaz” no Brasil somente no ano de 1962 e por meio de um sistema bem restrito através do Estatuto da Mulher Casada e após isto com a Carta Magna de 1988 “efetivamente a mulher evoluiu para uma situação menos desigual” (TAVARES,2012, p.15).

De acordo com Barreto e Jesus (2021) as mulheres começam a partir daí a ter autonomia no mercado, se inserem em espaços que antes eram tidos como masculinos, começam a receber salário o que é um divisor de águas no que se refere a liberdade, pois que a partir desse fator possuem a escolha de se tornarem independentes financeiramente, início também da luta por direitos iguais e por salários iguais aos dos homens.

Assim, Ferreira (2018) aponta que apesar do percurso cheio de desafios a vencer, salienta-se que essa trajetória de busca pela igualdade entre os gêneros já perdura por décadas, todavia, na atualidade, é possível identificar (mesmo que ainda de forma desigual), que as mulheres vêm conquistando independência financeira, estão assumindo cargos de chefia, assumem (ou tentam) assumir o controle dos seus corpos, chefiam famílias, estão mais presentes nos espaços de construção e decisão da política.

Em outras palavras, entende-se que a evolução do gênero feminino à sua emancipação pode ser e estar sendo lento, principalmente quando fazemos esse recorte para a realidade da

mulher negra, da mulher indígena, da mulher camponesa, da mulher periférica, da mulher proletária, no entanto, apesar disso, deve-se compreender que “[...] é preciso frisar que o acesso aos direitos conquistados não transcorre de modo imediato, nem uniforme” (Ibidem, p.37), deste modo, não será da noite para o dia que todas essas diferenças historicamente construídas vão se desfazer, o caminho é longo, é de resistência, principalmente de resistência a esse sistema.

Atualmente, é possível observar que com esse avanço da mulher na sociedade principalmente com a inserção dela ao mercado de trabalho, outras áreas da vida ganharam outros significados e/ou propósitos, mesmo que a busca pelo emprego tenha sido condicionada para aumentar e ou assumir as responsabilidades de renda da família, ou até mesmo por conta própria, o fato é que essas mulheres hoje conseguem decidir por exemplo o número de filhos que gostariam de ter, atualmente conseguem proporcionar condições para seus filhos, aumentar seu grau de escolaridade, e até decidir se querem ou não ter um parceiro/companheiro.

O que ainda perdura na sociedade obtendo pouco avanço, mesmo após essa inserção ao mercado de trabalho é o salário desigual, mesmo que as mulheres sejam mais capacitadas tecnicamente e tenham o nível de escolaridade maior que muitos dos homens, continuam sendo subvalorizadas, o que acaba por dificultar por exemplo, o acesso das mulheres chefiando homens, ocupando cargos de comando, e poucas conseguem ter um cargo comissionado ou até mesmo alcançar um cargo mais elevado dentro de algum setor do mercado de trabalho, e quando conseguem, geralmente é para assumir posições e cargos políticos na competência do poder legislativo (TAVARES, 2012).

Portanto, a evolução do ser “mulher” está associado ao que Machel (1982), citada por Duriguetto e Cisne (20015) já sinalizava, porque não considerava que essa emancipação partiria de um ato de caridade, tão pouco de ações benevolentes e de compaixão da humanidade, porque é da revolução que o gênero precisa, e isso é fundamental para a libertação do sexo feminino, é o que garantirá a sua continuidade enquanto sujeita de direitos, pois o motivo principal da revolução é eliminação do sistema que a explora, que a oprime, que ceifa a sua vida, a ordem é ir em busca de uma nova sociedade, libertadora, igualitária, pois é nessa seara que haverá condições concretas de se ter uma emancipação social feminina.

Ainda na compreensão das autoras, quando abordamos a questão da emancipação da mulher acreditamos que isso ocorrerá não somente pelo viés econômico, pois como citado anteriormente é necessário que haja uma reconstrução da sociedade pois só assim permitirá que outras dimensões também sejam evidenciadas como a cultura e a política (DURIGUETTO; CISNE, 2015).

Deste modo compreendemos a partir desta narrativa que na evolução dos seres humanos enquanto sociabilidade, enquanto grupos sociais organizados, a figura da mulher foi tomando outro rumo, elas saíram da posição de autoridade na Pré-História para a posição de subordinadas pela imagem do homem e da própria sociedade, foi um longo caminho construído historicamente para colocá-la na posição que hoje ela ocupa, foram muitas lutas travadas, avanços e retrocessos nessa jornada.

Diante desse contexto, e afunilando as discussões para o tema central deste estudo, o próximo capítulo abordará como a mulher se posicionou/posiciona apareceu/aparece na construção das sociedades, qual influência teve/tem nos processos históricos, políticos, sociais e culturais dentro da proposição do tema desta dissertação.

3 A CULTURA DO PRIMEIRO-DAMISMO NO BRASIL

No Brasil, as primeiras-damas são caracteristicamente conhecidas por dirigirem instituições assistenciais governamentais e de cunho filantrópico, Torres (2002) destaca que o trabalho da primeira-dama constitui a principal ação no âmbito da assistência social, pois ao desenvolverem tal trabalho no governo, possuem a oportunidade ímpar de constituir a “visibilidade e propaganda” (p.25), fortalecendo assim a imagem do seu marido enquanto figura pública e política.

Assim, a busca sobre a descoberta do percurso trilhado pela mulher ao longo do tempo e sua posição em cada espaço, deve-se, portanto, partir do entendimento que: cada fase foi, e ainda é, reflexo de processos históricos, políticos, culturais, sociais e econômicos dentro de alguma comunidade.

Bem como, compreender que o lugar relacionado à mulher dentro da sociedade está intrinsecamente ligado ao entendimento da construção de sociabilidade desenvolvida ao longo do tempo (por esta razão os capítulos anteriores tratavam da formação social e do Estado).

Mesmo sem atuação, tal construto no imaginário social, reflete de maneira significativa, e é capaz de influenciar rumos e determinações.

Ainda que não atuante, a primeira-dama sempre será citada pelos profissionais da área social, sendo figura sempre presente nos eventos organizados pelo município nesta área. Sua presença nas cerimônias de inauguração ou em eventos comemorativos, por exemplo, é mencionada como motivo de congratulação. Tendo em vista que, em primeira análise, a impressão que constrói é de que as mulheres Primeiras-Damas ainda têm importante papel na gestão de seus maridos, uma vez que elas se tornam a personificação da bondade do governante para com o povo (LOPES; GROSSI. 2019, p.1).

Diante disto, será realizado um estudo sobre a influência da atuação das primeiras-damas dos presidentes a partir da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) sob o contexto político de uma Nova República mais conhecida como a Era Vargas, perpassando pela Redemocratização, o período da Ditadura Militar até a Nova República com destaque para as funções sociais no âmbito das políticas públicas e sociais desempenhadas pelas primeiras-damas desde Darcy Vargas (1945) a Michelle Bolsonaro (2019).

3.1 A Marca Assistencialista do Primeiro-Damismo nas Gestões Governamentais

A figura da mulher no cenário político tem enquanto ápice realizar no papel de primeira-dama, uma atuação voluntária no que se conhece como “questão social”, ao que de forma

conservadora embebida pela lógica neoliberal como também atrelado ao assistencialismo, formando assim um Estado de cunho caritativo, assim como, reforçando a lógica do cuidado que equivale a imagem/papel social socialmente atribuída à mulher na cultura mundial. Portanto, a mulher, na função de primeira-dama assume o papel do cuidado no âmbito público.

A primeira-dama é vista na sociedade como referencial de benemerência, se utilizando das políticas públicas, de assistência social (na maioria dos casos), de saúde, dentre outras políticas públicas, para estabelecer o que Torres (2002) define enquanto *simulacro social*, nada mais que um papel, totalmente mascarado que tem como pretensão conquistar a simpatia dos mais empobrecidos e da sociedade em geral, por meio de ações sociais de caridade e afins, no exercício de um cargo e/ou função pública, ou mesmo no uso dessa influência em virtude da sua posição ideológica de governo.

As mulheres foram designadas Primeiras-Damas a partir da década de 1940, as atividades exercidas por estas mulheres foram assegurando-se como atividades de ordem filantrópica, digna no plano da atenção à pobreza” (LOPES; GROSSI. 2019, p.1).

Por conseguinte, as autoras Lopes e Grossi (2019) ressaltam ao que se compreende que estas mulheres ao desempenharem tais funções, atuam com os mais vulneráveis, e a partir disto pode-se depreender, portanto, que ao realizar tais atividades (de ações assistencialistas e sociais) promovem o governante.

Na obra de Torres (2002) evidencia-se referências na América Latina, de *Eva Duarte Perón*, que exerceu papel de primeira-dama na Argentina, se destacou como uma mulher que usou sua figura política como propaganda para promover a figura de um governante, seu marido *Juan Domingues Perón*, transversalmente por meio de atividades assistencialistas, protagonizando a projeção do papel de primeira-dama direcionado ao assistencialismo e ao populismo peronista.

Se tornou, portanto, uma figura marcada pela benemerência, e conforme Torres (2002) significou até em ser considerada “santa” pela população argentina (p.90), com grande poder de influência pelo seu exagero com relação a realização de ações assistencialistas e paternalistas.

O exemplo de Eva Perón, no país vizinho e latino, demonstra como a atuação da primeira-dama recebe holofotes, e se torna capaz de influenciar sistematicamente nações e gerações por meio da introdução de uma cultura na tradição de uma sociedade.

A cultura brasileira tornou-se assim em grande parte uma cultura ‘ornamental’ (COUTINHO, 2011, p. 47) tudo se construía para demandar os interesses das classes dominantes.

Entre 1930 e 1980, em termos globais a economia brasileira conheceu um crescimento notável, [...]. Houve uma grande diversificação da indústria, [...]. No final dos anos 1970, a economia brasileira classificou-se entre as maiores economias do mundo capitalista. Entretanto, como já foi destacado, este crescimento não foi suficiente para absorver toda a mão-de-obra. (THEODORO, 2005, p.110-111).

A organização da cultura, em suma, é o sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar “o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo” (COUTINHO, 2011, p. 17).

Se idealiza no imaginário social, dentro deste contexto, a lógica do primeiro-damismo ligado a mulher do governante, desenvolvendo papel de influência social, e reiterando o assistencialismo mediado pelo Estado por meio de sua gestão no executivo. E a partir disto registra-se no imaginário social a figura da mulher primeira-dama.

O papel desempenhado por estas mulheres, é, portanto, personificado, ao que Lopes e Grossi enfatizam já que por meio destas “atribuições” as primeiras-damas podem alçar voos maiores e instituir seus próprios trabalhos sociais “[...] muitas delas passaram a apoiar instituições sociais e a criar seus próprios planos de trabalho” (LOPES; GROSSI. 2019, p.1).

É interessante pontuar e evidenciar como esse papel se legitima nas diferentes nações, bem como se perpetua, mais especificamente em governos neoliberais, de direita e extrema direita, no entanto, não podemos deixar a lacuna e não mencionar também os da esquerda (menos progressistas).

Abrangendo assim, por conseguinte, que tais construções foram legitimadas após uma longa e árdua caminhada até que por fim se tornassem direito, direcionando-se aqui para debater um pouco do que também foi um processo lento, de avanços e retrocessos e de resistência até os dias atuais. Pois é assim que é considerada a história da mulher, foi assim que de uma forma ou de outra a mulher conseguiu se estabelecer dentro da sociedade.

Os anos de 1930 a 1943 são considerados anos de introdução da política social no Brasil, num esforço regulatório do Estado. Em 1937, no Brasil, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938, na configuração de manter a atenção aos pobres sem o compromisso político efetivo. No governo de Getúlio Vargas, a assistência social aparece como política governo, sob um viés de “[...] caráter fragmentado, diversificado, desorganizado, indefinido e instável das suas configurações” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011 p.107), evidenciando seu objetivo assistencialista, vinculado à igreja, em que “[...] a política social brasileira desse

período, não obstante encapada pelo Estado, funcionava, no mais das vezes como uma espécie de *zona cinzenta*, onde se operavam barganhas populistas entre Estado e parcelas da sociedade” (PEREIRA, 2008, p.130).

Conhecida como a Era Vargas, o período de 1930 até 1945, com a instituição do Estado Novo em novembro de 1937, é o recorte temporal o qual tivemos uma primeira-dama com grande destaque: Darcy Lima Sarmanho, mais conhecida como Darcy Vargas, foi primeira-dama nacional no período de 15 anos em que seu marido esteve no poder.

O Brasil estava em um momento de grandes transformações políticas, a qual a política do café com leite foi cessada neste contexto e o presidente Washington Luís foi deposto em outubro de 1930, por meio do movimento tenentista, um golpe militar que passou o poder às forças militares chefiadas por Getúlio Vargas, dando fim à República Velha, comandada pelas oligarquias cafeeiras, abrindo espaço ao “moderno”.

Neste processo de mudança, Vargas ficou 15 anos no poder, oito anos como ditador no período determinado como Estado Novo, em contrapartida, foi no governo dele em que se alcançaram direitos trabalhistas a exemplo, a instituição da Consolidação das Leis de Trabalho, o salário-mínimo, limitação de jornada de trabalho, férias remuneradas, bem como houve massivas repressões militares. Ficou notadamente conhecido como “pai dos pobres”.

Um fato curioso para a história do Brasil apontado pelos autores Guedes e Mello (2019) é a respeito do voto feminino, em 1933, em eleições nacionais. Compreende-se que as mulheres começaram a partir disso terem mais visibilidade no cenário político.

A representação de determinados papéis socialmente envolve a dimensão simbólica e evoca valores cristãos, sendo assim, Torres (2002) elabora claramente sua crítica a este papel propriamente fundamentado na estrutura cultural do patriarcado, em que a figura carismática e engessada de amor, dedicação e generosidade se apresenta e se coloca ao imaginário social.

Apesar disto evidencia-se no texto dos autores Guedes e Mello (2019) o cerne conservador e ideais tradicionalmente machistas e sexistas, quanto à participação social feminina restringida ao lar, (principalmente do presidente com relação às mulheres de sua família) bem como coloca-se em mote o teor de sua opinião já que tinha o poder e influenciava e abrangia o contexto social que estava imposto culturalmente para determinadas classes.

Neste caso, podemos perceber o que Saffiotti (2015) discute a respeito da dominância preponderante patriarcal, a qual as mulheres estavam submetidas, a qual o agente social (marido) paradoxalmente incumbe a mulher ao papel de submissão e sujeição a família, servindo o marido, os filhos e a comunidade.



DARCY LIMA SARMANHO

- ☆ 12 de dezembro de 1895
- ✠ 25 de junho de 1968
- Casada com Getúlio Vargas
- Primeira-dama de 3 de novembro de 1930 a 29 de outubro de 1945 e de 31 de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Darcy Vargas foi a primeira-dama que fundou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 28 de agosto de 1942, uma instituição assistencial pública brasileira, herança de sua atuação na antiga Legião de caridade em âmbito Estadual com a primeira intenção de atender “[...] às famílias dos pracinhas envolvidos na segunda guerra” Behring e Boschetti, (2011, p.107), mais tarde a finalidade da instituição se desdobraria para “promover a proteção à maternidade, à infância e à velhice, o incentivo a educação e a atenção social de âmbito nacional” Guedes e Melo (2019, p.116).

Esta instituição inicialmente, sob a coordenação da primeira-dama, Sra. Darcy Vargas, esposa de Getúlio Dornelles Vargas, deu estímulo à tradição do primeiro-damismo nos governos brasileiros posteriores, sob as características de atuação nas formas de tutela, favor, benemerência e clientelismo.

Culturalmente as imagens vão se formando socialmente, Torres (2005) reitera a perspectiva posta por meio de tais representações simbólicas que a representação da figura

política da primeira-dama apresenta, portanto, é notável que esta vida pública e social (midiática) se assemelha a uma novela, por meio de representações.

É durante o período de guerra, que as atividades da instituição refletiram significativamente para reforçar a imagem da mulher como guardiã dos filhos e dos bens da nação, a LBA se fortaleceu ainda mais, sempre ligada às instituições conveniadas, mantendo seu caráter assistencialista, seletivo e vinculado às ações do primeiro-damismo.

Frente ao cenário apresentado é possível afirmar, em suma, que o ano de 1937 foi marcado pela introdução das políticas sociais brasileiras, sempre com caráter seletivo e fragmentado.

Segundo Mestriner (2008, p. 122) “Durante todo seu segundo governo, grande parte dos discursos de Vargas refere-se às dificuldades e problemas enfrentados pelos trabalhadores e pelo povo em geral” produzindo um fetiche em seu discurso como forma de aprovação popular, em tempos de frequentes pressões populares, ganhado o carisma da população.

No fim do Estado Novo o cenário nacional na presidência, era de um presidente solo, pois Getúlio Vargas havia abolido o cargo de vice-presidente e fechado o senado e a Câmara. Neste contexto pode-se compreender o viés ditatorial que o país esteve subjugado (isto pode ser atribuído ao facismo correlacionado ao patriarcado machista brasileiro). Em que Vargas detinha imensos poderes, o que impactava no legislativo e Judiciário, que foram silenciados por seu poder. Durante o período da Era Vargas, muitas vozes foram caladas pelo regime autoritário e opressivo, que impunha censura à imprensa.

Com o fim do Estado Novo, o país viveu um período de democracia plena nos anos de 1946 a 1964, e quem assumiu a presidência foi o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o senhor José Linhares. Seu mandato durou cerca de 95 dias, de 30 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946.



Luzia, mulher de José Linhares, foi primeira-dama por apenas 95 dias, após Getúlio ser deposto

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Assim pode-se entender a pífia atuação de sua esposa como primeira-dama do Brasil, sendo um mandato tampão no período da redemocratização do Brasil. Nos anos de 1945 a 1946, Luiza Linhares assumiu o papel de primeira-dama e não quis assumir a presidência da LBA.

Além de Luzia Linhares, o período da redemocratização teve outras quatro mulheres em mandatos-tampão de primeira-dama, três delas entre o período do suicídio de Getúlio Vargas e a posse de JK: Jandira Café, Graciema da Luz e Beatriz Ramos. A quarta, Sylvia Mazzilli, ocupou a função em dois momentos: entre a renúncia de Jânio e a posse de Jango e novamente entre a deposição de Jango e a posse de Castelo Branco, o primeiro presidente imposto ao país pela ditadura militar. (GUEDES; MELO. 2019, p.140)

No entanto, ainda em 1946, Carmela Teles Leite, mais conhecida como Carmela Dutra ou Santinha, tornou-se primeira-dama do Brasil por mais ou menos oito meses, após a posse de seu marido, sob o qual ela exercia muita influência. Eurico Gaspar Dutra foi presidente entre 1946 e 1951, por indicação política de Getúlio Vargas.



Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Essa primeira-dama ficou conhecida pelas ações sociais de realização de campanhas assistenciais, que já realizava antes de assumir como primeira-dama, bem como por influenciar a proibição do jogo no Brasil, e a extinção do partido comunista (demonstrando assim um dos vieses do caráter da influência de uma primeira-dama), Carmela Leite morreu em 28 de setembro de 1947, e o seu marido terminou seu mandato sem dama.

O caráter voluntário se enlaça e distorce a percepção de responsabilidade por parte do Estado. Sposati e outros autores (2014) discutem as dimensões colocadas nestas ações de cunho voluntário. O que se deseja evidenciar é que este caráter voluntário se remete à produção de serviços assistenciais, descaracterizando a constituição do direito para o cidadão.

Em 1951, Darcy Vargas reassume o posto de primeira-dama nacional (até a tragédia do suicídio do marido), e cria a Comissão de Bem-Estar Social (CBES), programa de voluntariado - uma característica bastante marcada da atuação de uma primeira-dama, é o voluntariado, sendo esta, uma característica bastante marcada na atuação de uma primeira-dama, as atividades voluntárias.

Café filho foi vice-presidente de Getúlio Vargas, e assumiu o governo após o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954. Mas ele entregou o mandato após ter problemas cardíacos, para o mineiro Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, conforme consta na Constituição de 1946. Sendo assim, Jandira Carvalho de Oliveira Café, mais conhecida como Jandira Café, passou de segunda-dama, para primeira-dama. Em 1954 Jandira Café se tornou primeira-dama por mais ou menos um ano e dois meses, e, participou de ações beneficentes e organizações voluntárias.



Jandira, mulher de Café Filho, jogou num time de futebol feminino antes de se tornar primeira-dama

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Guedes e Melo (2019) apresentam um fato curioso desta primeira-dama, ao relatarem que em sua juventude foi jogadora de futebol, o que para as mulheres era algo incomum, mais curioso ainda é o fato de que foi na gestão de seu esposo, também exímio jogador de futebol (Café Filho), que foi assinado um documento oficial que proibia mulheres de jogarem futebol, e foi por meio de um decreto lei 3.199 de 1941 - colocando em voga a perspectiva sexista dessa década.



Imagem obtida pelo Wikipedia: acesso em 14/12/2023.

A próxima no pódio foi Graciema Junqueira da Luz que teve o menor tempo como primeira-dama da história, de 8 a 11 de novembro de 1955, seu curto período como primeira-dama tampão não lhe deu oportunidade de deixar “sua marca” enquanto primeira-dama do país. Conforme Guedes e Melo (2019), seu esposo, Carlos Luz, provou-se ter claras intenções golpistas e anticomunistas, e foi forçado a abdicar dos cargos públicos de presidente da República e da Câmara dos Deputados.

Logo depois, Beatriz Paranhos Pederneiras Ramos, conhecida como Beatriz Ramos, se tornou primeira-dama de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956. Seu marido Nereu Ramos assumiu, e ela já possuía um histórico de ações sociais em sua atuação no sul catarinense, em que, a pedido de Darcy enquanto primeira-dama do Brasil, convidou que implantasse e instalasse sede da LBA no Estado catarinense, sendo o pedido prontamente atendido. Contribuindo assim para a ampliação do cerne de apoio assistencial inaugurado a nível nacional pela primeira-dama Darcy Vargas.



Imagem obtida pelo Wikipedia: acesso em 14/12/2023.

Curioso para este estudo é o fato de que o casal também foi responsável pela fundação de um hospital filantrópico, no Vale do Itajaí, que foi batizado com o nome da então primeira-dama a nível estadual.

Diante do exposto observa-se que viés de influência de uma primeira-dama nacional, todos os holofotes estão voltados para o empenho das suas iniciativas, o que contribui significativamente com a crítica que se pretende estabelecer por meio desta dissertação. Bem como, elucidar o caráter patriarcal e machista já que todas as mulheres ficaram conhecidas pelo sobrenome do marido.

Ainda no período da redemocratização, no ano de 1956 Sarah Luísa Gomes de Sousa Lemos, mais conhecida como Sarah Kubitschek se torna primeira-dama, esposa de Juscelino Kubitschek, eleito em 1955 à presidente do Brasil.



SARAH LUÍSA GOMES DE SOUSA LEMOS

- ☆ 9 de outubro de 1908
- ✝ 4 de fevereiro de 1996
- Casada com Juscelino Kubitschek
- Primeira-dama de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Enquanto ação social, Sarah Kubitschek, enquanto esteve como primeira-dama de Minas Gerais, também possuía histórico de representante estadual da LBA e é fato que a convite de Darcy Vargas, então primeira-dama do país.

Implantou a Rede Sarah de Hospitais de reabilitação em Brasília, sendo referência em tratamentos, expandindo para outras capitais. Notadamente uma entre as mais importantes figuras de primeira-dama do país, que gerou grande influência na política de saúde brasileira, voltada para atender os menos favorecidos.

Como primeira-dama do Brasil (Sarah Kubitschek) criou em 1957 a Fundação das Pioneiras Sociais, por meio de mobilização e arrecadação de fundos para doações aos vulneráveis da época, com Voluntárias Sociais, que se transformou em um complexo assistencial.

O que chama atenção, é o fato de a maior parte dos recursos da instituição serem oriundos do Governo Federal, e por meio de decreto presidencial a instituição das Pioneiras

Sociais, se tornar de utilidade pública, sendo caracterizada como personalidade jurídica e sem fins lucrativos, fundada por Sarah quando era primeira-dama no Estado de Minas Gerais, sendo fortalecida enquanto primeira-dama do país.

Conforme Saffioti (2015) refletir as violências das quais as mulheres estão expostas pelo simples fato de ser mulher (recorte de gênero) a qual a virilidade masculina transcorre o consentimento social, tal como “força-potência-dominação”, neste contexto social e cultural, portanto, estava colocado a mulher a honra socialmente.

Em 1961, Eloá do Valle Quadros aparece como primeira-dama de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961, até a renúncia de seu marido Jânio Quadros. Este conhecido por ser um grande galanteador, teve seus direitos políticos cassados, motivado pelo ódio do ministro do Exército, o marechal Arthur da Costa e Silva que segundo Guedes e Melo (2019) em um episódio de assédio (ocorrido anteriormente) com a esposa do militar, o qual descreve-se que estando bêbado, o homem da vassoura, beliscou a nádega de Yolanda, e tendo enquanto história pregressa, enquanto governador um caso de ter assediado uma mulher, de nome Diva, o que causou-lhe um escândalo que tomou grandes proporções da opinião pública e teve que fazer esclarecimentos públicos de que “não era um tarado”.



ELOÁ DO VALLE

- ☆ 13 de junho de 1923
- ✝ 22 de novembro de 1990
- Casada com Jânio Quadros
- Primeira-dama de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Neste aspecto pode-se analisar a mulher entendida sob a ótica enraizada do machismo, como objeto sexual, o qual não se limitam (em alguns aspectos) respeito institucional ou mesmo social, chamando-nos atenção para o assédio moral e sexual, que tantas mulheres sofrem dentro e fora dos espaços de trabalho, como também relativos ao sexismo (pela simples condição de ser mulher), como na relação de impor à mulher a se resguardar à ambientes domésticos (do lar) para resguardar a sua honra.

Enquanto primeira-dama Eloá, sempre reservada ao lar, ficou comumente lembrada por solicitar ao arquiteto Oscar Niemeyer, que fosse construído um pombal, uma casa para os pombos, na praça dos Três Poderes.



*Pombal da Praça dos Três Poderes:
construção exótica erguida a pe-
dido da primeiradama Eloá*

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Após renúncia do presidente Jânio Quadros até a posse de João Goulart. A sucessora da função de primeira-dama, foi Sylvia Pitaguary Serra Mazzili, esposa de Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, pelo período de 25 de agosto a 7 de setembro de 1961, o qual fora treze dias “mergulhados numa incrível crise política com a renúncia de Jânio e a dúvidas sobre a posse de Jango, odiado pelos militares” (GUEDES; MELO. 2019, p.143). Ela teve dois breves períodos como primeira-dama, em 1961 e 1964. Portanto, não teve tempo de atuar como primeira-dama nem de redecorar uma nova casa na alvorada.

No período de 1961 a 1964 Maria Thereza Fontella Goulart se torna a última primeira-dama do período democrático, com característica emblemática no Brasil, por sua jovialidade e grande potencial midiático, ganhou as graças da imprensa e foi comparada a beleza de Jackie Kennedy, primeira-dama símbolo dos Estados Unidos.



MARIA THEREZA FONTELLA

- ☆ 23 de agosto de 1936 ou 1937
- Casada com João Goulart
- Primeira-dama de 7 de setembro de 1961 a 2 de abril de 1964

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Maria Thereza foi eleita como uma das primeiras-damas mais belas do mundo entre dez, ditou moda, teve contato com personalidades mundiais, passando a ser vista enquanto exemplo de mulher no seu exercício de esposa e mãe.

Assumiu as atividades da LBA, e fundou uma sede da instituição em Brasília, organizou leilões beneficentes com objetivo de angariar doações tendo grande êxito em seus eventos. Em sua gestão à frente da LBA, surgiram denúncias de mau uso pela gestão anterior.

Saffioti (2015) vai colocar em questão que tal sociedade vive conforme a lei do pai, para exemplificar o poder masculino, e ainda se reitera a percepção de colaboração ao fundamento patriarcal para alimentar um sistema

Já Guedes e Melo (2019) apontam com clareza uma atitude machista, reproduzida por Jango, um hábito tradicional no Sul, do homem “andar à frente da mulher na rua” sendo duramente criticado pelo cerimonial do planalto, mudou de atitude e passou a andar lado a lado.

Outro fato curioso, relatado com relação ao cerimonial do planalto, é o uso de biquini ter sido proibido, após o uso pela então belíssima e jovem primeira-dama, sendo admitido somente traje de maiô (claramente fruto de uma cultura sexista e machista que se utiliza do cunho masculino conservador).

É interessante como tais relações se determinam para os sujeitos (e principalmente para as mulheres), sempre primando conservar uma boa imagem política no imaginário social coletivo associado a cultura patriarcal colocada à época. Para Saffioti (2015) a explicação está correlata à posição social dos homens enquanto categoria social em relação às mulheres.

Paralelo a isto, com intuito de organizar uma pressão ao congresso, seu esposo (João Goulart), mais conhecido como Jango, realizou um comício em prol da aprovação de reformas agrárias e eleitorais, no entanto, isto foi visto com maus olhos e desencadeou sua deposição por meio de forças militares com o Golpe de Estado no Brasil em 1964, gerando medo e pavor na primeira-dama, tendo o casal e os filhos que se exilaram no país vizinho, Uruguai.

Não puderam pisar no Brasil, e viveram 16 anos fora do país sem poder se despedir de parentes e familiares. Maria Thereza sofreu com o distanciamento de familiares e a impossibilidade de se despedir da mãe quando adoeceu e faleceu.

Evidencia-se no período de 1946-1964 uma forte disputa de projetos, nos quais a burguesia nesse momento se fragmenta em contraposição à intensificação da luta de classes.

O cenário político e econômico sofre modificações e com o golpe em 1964¹⁰, que resultou no período mais conhecido como “ditadura militar”, que tinha o objetivo de um projeto nacional desenvolvimentista, associado ao capital estrangeiro, que transcorreu durante 21 anos, apresentou-se um momento de modernização conservadora, denotando ao que Pereira (2008) traduziu como “[...] uma nítida modificação no conteúdo do Estado, o qual deixa de ser uma organização eminentemente populista para tornar-se tecnocrática e centralizada” (p. 135).

O enfrentamento da questão social na ditadura militar caracterizava as políticas sociais como “pano de fundo” por um mix de *repressão* e *assistência*. Nesse período os governos militares privilegiavam a eficiência econômica em defesa do capitalismo.

E no período que corresponde aos 21 anos de ditadura militar, em 1964, com o golpe militar dando fim à democratização e iniciando um período de cerceamento das liberdades. Antonieta Castelo Branco Diniz assume o papel de primeira-dama, filha do presidente Castelo Branco no período da ditadura, por causa do falecimento de sua mãe. Participou, portanto, da

¹⁰ O Golpe Militar de 1964, designa o golpe civil-militar de Estado que culminou em golpe militar, encerrando o governo democraticamente eleito de João Goulart.

Organização das Voluntárias, e se dedicou a diversas obras sociais, sendo descrita como uma mulher discreta.

Neste contexto pode-se perceber a nítida face da cultura do primeiro-damismo enraizada na tradição política, já que se simboliza o contexto da reiteração da necessidade do primeiro-damismo, quando um presidente sem dama por força da tradição se utiliza de um membro próximo de sua família para dar continuidade a representatividade de um papel social e simbólico.

Ademais, na sequência Yolanda Barbosa da Costa e Silva, assume enquanto primeira-dama em 1967 até 1969, em 1968 a LBA se expande com 26 unidades no Brasil.



Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

A esposa de Arthur da Costa e Silva, o homem que instaurou a fase mais pesada da ditadura militar com a instituição do Ato Institucional Nº 5, mais conhecido como AI-5, momento em que se inflamaram nas perseguições políticas em cenário de total cerceamento das liberdades.

O período de trevas em que o país viveu por longos 10 anos. O mandato de Costa e Silva foi interrompido por motivos de saúde, no tocante ao momento em que sofreu um derrame, e logo depois morreu de infarto. Não foi substituído por seu vice Pedro Aleixo pois sua posição era adversa ao AI-5.

Yolanda como primeira-dama já possuía histórico de ações sociais em sua vida pessoal e assumiu a cadeira da LBA chegando a propor na Câmara dos Deputados a legalização do jogo do bicho, com a intenção de pleitear a destinação de 20% dos lucros obtidos para a instituição, um fato a ser apontado é que ela exercia muita influência nas decisões do marido (em alguns pontos).

Posteriormente em 1974, torna-se primeira-dama Scylla Gaffré Nogueira Médici, segundo Guedes e Melo (2019) uma mulher reservada ao lar e à vida de mãe e esposa, encarnação da descrição e do silêncio. Não teve participação social. No entanto, foi esposa do general gaúcho Emílio G. Médici conhecido como o comandante mais sangrento do período da Ditadura Militar.



Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Já em 1974 Lucy Markus Geisel torna-se primeira-dama. Tão discreta quanto sua antecessora (Scylla). O momento do país, era de instalação do movimento feminista pelas liberdades sexuais, da pílula anticoncepcional, o que contrapunha a ideologia dos generais que perpassavam na presidência, com posturas e ideais conservadores.



LUCY MARKUS

- ☆ 24 de novembro de 1917
- ✠ 3 de março de 2000
- Casada com Ernesto Geisel
- Primeira-dama de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Intrigantemente Saffioti (2015) aponta as raízes do sexismo enquanto não tão somente dominação sexual, social, mas também dos corpos femininos, por suas capacidades imutáveis, quer seja pela mão de obra, ou como objeto sexual ou mesmo propriamente pela reprodução de outros seres humanos, potência para futura mão de obra a serviço/dispor do capital.

Postulando, conforme Guedes e Melo (2019) um destaque neste período deve-se à luta em defesa da Mulher, modificando óticas e visões de mundo das figuras de “bela, recatada e do lar”, como demonstraram ser as últimas primeiras-damas, não necessariamente intituladas belas como Maria Thereza, mas prioritariamente recatadas e do lar.

As primeiras-damas da ditadura acompanharam o perfil dos maridos. Embora algumas até tirassem uma casquinha dos novos tempos, como Yolanda e Dulce, com comportamentos mais liberais, elas jamais se posicionaram publicamente sobre questões contemporâneas, entre elas o feminismo. Foram, antes de tudo, mulheres de militares do alto escalão, algumas mais discretas, outras menos, mas que em nada poderiam ser comparadas a Darcy Vargas, Sarah Kubitschek ou Maria Thereza Goulart (GUEDES; MELO. 2019, p.198).

Pode-se apreender, que este foi um período que o país vivia em recrudescimento da fase mais incisiva da ditadura, ocasionando reações populares, a começar pelo movimento feminista, que como apontado, denunciou a repressão que a população estava sujeitada, gerando pressão

sobre o regime militar conseguindo em certo ponto de efervescência a anistia de quatro mil presos políticos que puderam retornar ao Brasil.

Em 1977 o marido de Dulce Maria de Guimarães Castro Figueiredo, assumiu a sucessão da presidência do país, a tornando primeira-dama, no entanto, esta não quis assumir a presidência da LBA, preferindo estar à frente do Programa Nacional de Voluntariado da LBA, o Pronav, como presidente de honra.



DULCE MARIA DE GUIMARÃES CASTRO

- ☆ 11 de maio de 1928
- ✝ 6 de junho de 2011
- Casada com João Batista Figueiredo
- Primeira-dama de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Como marco de ação social participou da organização de arrecadações de caridade e do I Encontro das Primeiras-damas dos Estados, o que mostra a ampliação dessa iniciativa em território nacional.

Para Sposati (2014) as políticas sociais são meios de garantia de direitos e realização da cidadania. É perceptível que em alguns casos utiliza-se enquanto mecanismo o poder público para mediatizar ações sociais de cunho benemerente.

É interessante perceber transversalmente por meio da pesquisa, como o presente copia o passado. Neste trecho podemos identificar este fenômeno da influência da atuação do

primeiro-damismo na posteridade já que (Michelle de Paula) irá realizar um trabalho de incentivo ao voluntariado.

No mundo cor-de-rosa de Dulce, era perfeitamente possível unir badalação e caridade. Toda a renda da noite de inauguração do Régine's paulista foi doada para obras mantidas pelo Programa Nacional de Voluntariado da Legião Brasileira de Assistência, o Pronav, do qual a primeira-dama era presidente de honra — coincidentemente, anos depois, Michelle Bolsonaro, mulher do presidente Jair Bolsonaro, ex-capitão do Exército, também ficaria à frente de um programa de incentivo ao voluntariado, o Pátria Voluntária (GUEDES; MELO. 2019, p.232).

Nesta mesma década 1980 acontece a maior das crises em função do endividamento externo, ocasionando um grande impacto social de empobrecimento no país, aumentando por consequência as expressões latentes da questão social, no mais evidente, a exposição latente da desigualdade existente.

Para contextualizar, o governo de Figueiredo foi marcado pela derrocada do milagre econômico brasileiro, com a queda do petróleo e alto índice inflacionário e o aumento da dívida externa, desdobrando para o que se conhece dos anos 1980 como “década perdida” conforme Guedes e Melo (2019) houve recessão, empobrecimento da população e o consequente aumento da desigualdade social. Este foi o cenário deixado pela herança da ditadura militar.

A nova República teve início com uma hiperinflação. Nisto se infere o final do período ditatorial militar no Brasil.

Houve uma expressiva campanha popular com a petição das “Diretas Já” (movimento pró-democracia) promoveu-se, portanto, um período de transição para democracia liberal e neste cenário, se elegeu para presidente, Tancredo Neves.

No ano de 1985, Risoleta Guimarães Tolentino Neves, esposa de Tancredo Neves, não chegou a assumir a função de primeira-dama, já que, seu marido, após diversas intervenções cirúrgicas contra um câncer no intestino, faleceu antes mesmo de tomar posse do cargo, logo após o velório e enterro oficial, assumiu o vice eleito, Sarney (1985-1989) depois da morte do então eleito Tancredo Neves, por meio do voto direto.



Risoleta com Tancredo Neves: a “mulher-coragem” que virou símbolo após o marido ficar doente

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

A primeira-dama Marly de Pádua Macieira Sarney, passa de segunda-dama à primeira-dama e aparece no rol de primeiras-damas pós ditadura militar, com a instaurada redemocratização do país, e como tradição, assumindo atuação junto à LBA.



MARLY DE PÁDUA MACIEIRA

- ☆ 4 de dezembro de 1932
- Casada com José Sarney
- Primeira-dama de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

A gestão do presidente José Sarney colocou em pauta os mínimos sociais, conformados como componentes do Sistema de Seguridade Social. Seu lema era pautado pelo jargão “Tudo

pelo social”, de acordo com Pereira (2008), perspectiva adotada na intenção de reconhecimento da dívida social, nos quais se estabeleceu documentos que conformaram programas com prioridades sociais, das quais foram acatados e incorporados à Constituição de 1988.

Em contraponto, a década de 1980 foi considerada um período de retomada dos movimentos sociais relevantes sob a ordem democrática, que conduziram o debate para a construção da Constituição Federal de 1988 promovendo assim melhorias significativas na vida e condição do cidadão brasileiro, introduziu-se um novo marco no âmbito da segurança social brasileira, se consagraram direitos capazes de se direcionarem para o rompimento com a lógica governamental do “favor” e da “benemerência” *tradicionalmente exercida* por meio de práticas de assistência aos pobres, que mais serviram para a gradativa diluição da concepção de prática assistencialista assumida desde governo de Vargas (1930), bem como em outros governos que historicamente atuaram de forma semelhante.

No entanto, pode-se perceber que o enraizamento da tradicional prática do primeiro-damismo estaria internalizado e aculturado de forma tal que, mesmo diante do novo olhar de uma constituição, enquanto normativa máxima, se reproduziam velhas práticas.

Mas todos esses progressos constitucionais não frutificaram na prática, sendo, ao contrário alvos de uma “contra-reforma conservadora” (Fagnani, 1996:86) iniciada em 1987, ainda no governo Sarney, e reforçada, a partir de 1990, nos governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2000) (PEREIRA, 2008, p.156).

Em 1990 Rosane Brandão Malta, mais conhecida como Rosane Collor, assume como primeira-dama, bem como protagoniza ações no território nacional pela LBA, percorrendo o país e identificando desigualdades sociais, assumindo (como reiteradamente é costume) a presidência não simplesmente de honra como o faziam as demais primeiras-damas e como era desejo de seu marido, mas de fato da instituição LBA.



ROSANE BRANDÃO MALTA

- ☆ 20 de outubro de 1964
- Casada com Fernando Collor de Mello
- Primeira-dama de 15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Fato curioso apontado por Guedes e Mello (2019) é que Rosane conseguiu seu primeiro emprego ainda jovem, como auxiliar administrativo na instituição LBA em Alagoas.

Em entrevista concedida Rosane descreveu por meio da seguinte reflexão: “[...] *“Eu poderia ter escolhido ser uma primeira-dama comum, que acompanha o marido em solenidades e viagens, realiza um ou outro trabalho social, promove alguns eventos. Mas eu decidi ir além. [...]”* (GUEDES; MELLO, 2019, p. 257). Isto evidencia os trâmites da diferenciação “de honra” e “de fato” na referida instituição voluntária, testificando o caráter evidente de simulacro social apontado por Torres (2002) e pontuado anteriormente, bem como se coloca em voga, o desempenho e a necessidade do “ir além” enquanto atuação na função de primeira-dama.

Em sua gestão na LBA houve grandes escândalos. Uma compra superfaturada de leite, uma contratação fraudulenta para fornecimento de água em carros-pipa para combate à seca Alagoana, da empresa do irmão e da tia de Rosane, e desvios de dinheiro em favor de familiares, na LBA em Alagoas e de fornecimento de uma empresa cuja dona era a própria primeira-dama Rosane, provocando assim sua saída do cargo da LBA. Ademais, há o fato de que realizou uma festa de aniversário para a amiga (Eunícia) no Alvorada com o dinheiro da LBA, e posteriormente, as duas, tiveram que ressarcir a União.

Sendo, portanto, processada por fraude, corrupção ativa e passiva, e peculato em processo criminal no DF, pelo superfaturamento do leite em pó, que colocou em cena grandes falcatruas relacionadas à LBA, em resumo, Rosane nem foi julgada e houve prescrição do caso, com zero punição para o peculato, foi absolvida e nega todas as acusações, posteriormente acusou ter sido tudo feito por pressão do marido (Fernando Collor de Melo).

Entre estes altos e baixos, o Brasil vivia em contexto de inflação e descontrole e confisco de poupanças, e um *impeachment* aconteceu, e o desfecho disto foi que o casamento ruiu.

Após o impeachment de Collor (1992), se mudaram para Miami na tentativa de um autoexílio em 2000 e se separaram em 2005. E restou briga litigiosa pelos bens, após separação, interessante que posteriormente, Rosane usou o sobrenome do ex-marido, para concorrer à eleição legislativa em Alagoas. Isto deflagra, como a ascensão à presidência da República, em meio ao simulacro social, protagoniza a influência social dos sujeitos, e no caso de Rosane, uma pesquisa demonstrou maiores chances políticas com o sobrenome Collor.

No que condiz aos direitos sociais, na década de 1990, se realizaram intervenções na economia e trataram de forma clientelista, assistencialista e populista, os programas sociais. Nesse período, em função dos direitos sociais, a proposta de projeto de criação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, nº8.742/93, foi vetada pelo então presidente Collor de Melo. A entender que em governos liberais, sempre, a proteção social, será vista e entendida como um gasto.

Em contrapartida ocorreu um forte investimento na política econômica, conforme elucida Couto (2006) foi priorizado “[...] o controle da inflação e a manutenção da estabilidade da moeda e encaminhado como plataforma política a necessidade reformar o Estado” (COUTO, 2006, p. 148) a opção era “[...] por utilizar o recurso de Medida Provisória” na qual o objetivo era o de “[...] aprovar inúmeras mudanças no texto constitucional para garantir as condições de implementação do seu plano econômico” (idem).

Em razão do impeachment de Collor, no ano 1992, sem Dama, assume a presidência Itamar Franco, período que ocorre a aprovação da LOAS, em 1993, por pressão popular.



RUTH VILAÇA CORRÊA LEITE

- ☆ 19 de setembro de 1930
- ✦ 24 de junho de 2008
- Casada com Fernando Henrique Cardoso
- Primeira-dama de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

No ano de 1995, Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso assume como primeira-dama, destaca-se que entre as primeiras-damas, foi a primeira a ter uma posição acadêmica notável, pois já possuía pós-doutorado e uma carreira sólida de antropóloga, professora e pesquisadora, era feminista atuante, a mesma não se identificava da forma que as esposas dos presidentes eram tratadas e de certa maneira não lhe agradava o título de primeira-dama e prezava por sua privacidade.

Rompeu vários padrões do cargo de primeira-dama até então estabelecidos: sua formação educacional superava inclusive a de homens que presidiram o país até então; era uma feminista atuante, com ideias que moldaram a área social do governo, e suas ações repercutem até hoje. Iniciativas dela ou influenciadas por ela foram responsáveis pelo movimento que levou à efetiva diminuição da desigualdade social no país (GUEDES; MELO. 2019, p. 266).

E como sua primeira ação extinguiu a LBA por causa dos altos níveis de corrupção e clientelismo durante a gestão de Rosane. De acordo com os autores, a mesma atuava em atividades que elucidaram a importância da educação e seu acesso para o desenvolvimento social, em especial para os grupos com maior vulnerabilidade social, expansão da educação e atenção aos grupos vulneráveis, por meio da elaboração de programas de fortalecimento da sociedade civil, assim como de promoção das atividades voltadas para o assistencialismo.

Em contrapartida, Torres (2002) evidencia a questão de o Estado sempre enfrentar a questão da pobreza de forma casuística, descontínua, sem efetividade, sem planejamento, incentivando como resultante uma dependência por meio do clientelismo e apadrinhamento.

No entanto, Ruth como primeira-dama cria o Programa Comunidade Solidária, novo modelo de atuação social do governo, que possuía parceria com a sociedade civil, o empresariado e às ONGs, as associações de classe e de moradores de bairros, e funcionava em âmbitos governamental e da sociedade civil, possuía diversos polos de ações sociais como artesanato, capacitações, alfabetização e universitário. Com intuito de combate à pobreza.

Logo depois em 2000 criou uma organização não governamental Comunitas que modernizou o assistencialismo no país.

Informações publicadas no obituário do jornal “O Globo”, em 25 de junho de 2008, davam conta de que o projeto Alfabetização Solidária, em parceria com várias instituições, ensinou a ler 2,5 milhões de jovens dos municípios mais pobres do país. O Universidade Solidária engajou estudantes e professores universitários. E o Capacitação Solidária treinou mais de cem mil jovens para o mercado de trabalho nas grandes regiões metropolitanas (GUEDES; MELO. 2019, p. 275).

Conforme Guedes e Melo (2019) as ações deliberadas por esta primeira-dama são reconhecidas até hoje como fundamentais no combate à pobreza e a desigualdades sociais. Os projetos desenvolvidos por ela nas áreas da educação, da saúde, e para promoção de trabalho e saneamento reformularam as políticas sociais públicas e deram início a novos projetos de governo.

Foi precursora do Bolsa Família, impulsionando o plano de programas assistenciais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação. Os feitos realizados enquanto primeira-dama, foram essenciais para a ampliação de ações e dimensões acerca das políticas voltadas para a erradicação da pobreza, a qual o governo de Luiz Inácio Lula da Silva unificou e transformou em Bolsa Família.

De acordo com Freitas (2007), os anos 2000 se iniciam, sob esse contexto, logo após se inaugura um novo ciclo na política social brasileira, com o governo Lula e a forma como se geriram as políticas públicas que se reconhece por serem “compensatórias” em loco com a sua função efetiva na população pobre, partindo do mote, para *‘evitar que morram de fome’*. foi neste governo, de esquerda, tendencioso ao neoliberalismo, que se realizou grandes avanços significativos na esfera da assistência pública.

Em 2003, Marisa Leticia Rocco Casa, ou apenas Dona Marisa, torna-se “primeira-dama”, no entanto, não assume atividades no âmbito do governo nem atividades filantrópicas, preferiu por continuar com o papel de mãe, mulher e companheira, tendo atuação discreta como

outras primeiras-damas, no entanto, foi militante e sua luta permeia o operariado, o que a diferenciou por ser a primeira representante da classe operária a se tornar primeira-dama com antecedentes de exercício de um importante papel político para a democracia.

Conforme Vannuchi (2020) esta mulher em particular, foi uma figura importante no que se refere à luta dos direitos trabalhistas. Por ser oriunda da classe trabalhadora enquanto primeira-dama revolucionou com o tradicionalismo brasileiro de colocar somente pessoas da “elite brasileira” no comando do país.

Teve atuação precisa nas lutas em prol de lutas por direitos dos trabalhadores, ajudou na fundação do Partido dos Trabalhadores, cedeu sua casa para ser centro de discussões, acordos e debates para articular conquistas e discussões trabalhistas.



MARISA LETÍCIA ROCCO CASA

- ☆ 7 de abril de 1950
- ✝ 3 de fevereiro de 2017
- Casada com Luiz Inácio Lula da Silva
- Primeira-dama de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2010

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

Foi réu no processo da Operação Lava a Jato, de duas ações por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, relacionadas a um apartamento, no entanto, após sua morte as acusações foram extintas.

Neste ínterim, foram unificados em um único programa, os programas de transferência de renda criados no governo FHC, antes estabelecidos, a única coisa que se manteve (e se mantém) irrestritamente foram as *condicionalidades*, estas são a corja do sistema de proteção, nesses contextos.

[...] os equívocos do governo Lula começaram pela rejeição da participação popular e pela frustração das promessas eleitorais, dando continuidade a e até mesmo gerando a necessidade de alianças parlamentares amplas, as quais se constituem em obstáculos à geração de esperanças com relação ao seu governo (FREITAS, 2007, p.71).

Mas ao estabelecer alianças, com a classe dominante elitizada, para garantir certa hegemonia, o projeto realmente necessário que se coloca consiste no estabelecimento dos velhos e conhecidos moldes de produção de acumulação capitalistas.

Em continuidade ao governo de Lula, Dilma Rousseff (2011 - 2016) foi eleita a primeira presidente mulher no Brasil, por meio de eleições democráticas, portanto, sem atividades de primeira-dama, no entanto, seu mandato consecutivo foi interrompido, por seu então vice, Michel Temer (2016 - 2018), assume a presidência em 2016, após *impeachment* da presidente Dilma, por meio de um golpe de Estado muito bem orquestrado.



Carlos Araújo, o segundo marido de Dilma Rousseff que foi o primeiro-cavaleiro da presidente

Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

A partir disto se inicia um grande espetáculo de retrocessos aos direitos sociais conquistados duramente pela luta da classe trabalhadora e estabelecidos na forma da lei, por meio de contrarreformas. Inclusive teve um governo com o pior índice de aprovação popular de todos.

Como consequência do golpe, a “segunda-dama” tornou-se primeira-dama em 2016, Marcela Tedeschi Araújo, esposa de Michel Temer. Bem mais velho, 43 anos especificamente, muito bonita (como Maria Thereza) foi modelo e após casar-se tornou-se a bela recatada e do lar. Formou-se em Direito, mas não exerceu a profissão.



Esta imagem pertence a obra de Guedes e Melo (2019)

No cargo de primeira-dama, retomou a prática tradicional das mulheres de presidentes, como bem define Guedes e Melo (2019) tal prática foi deixada para trás por Ruth Cardoso e Marisa Letícia, entretanto, Marcela cria uma abordagem para questões sociais.

Portanto pode-se inferir, a partir de Torres (2002) que a sociedade brasileira (historicamente) teve em seu meio manifestações e práticas de caráter filantrópico.

Marcela Temer lança um programa de estímulo ao trabalho voluntário, o Viva Voluntário, em conjunto com o governo. Sendo nomeada embaixadora do programa Criança Feliz. Apesar disto, a passagem de Marcela no cargo de primeira-dama foi bem discreta, e sempre se manteve longe da mídia.

Interessa a este trabalho colocar a apresentação de um programa de cunho social, descrito por Sposati (2017) como “forma indigerível” o Programa Criança Feliz se assenta no

cenário da assistência social “a figura dirigente da mulher primeira-dama [Marcela Temer]” (Ibidem, p. 536) afirmando a volta do primeiro-damismo, por meio do decreto presidencial n. 8.869/16, numa clara e sutil forma de controle social pelo Estado e/ou mesmo “[...] a semente da felicidade por decreto” (Idem, p.542) caracterizando a mais pura e latente volta do que se cogitou ter sido superado ou do que se tenta superar no âmbito estatal, em termos, o *favor* e a *filantropia* na políticas de proteção social.

Em meio a uma efervescente disputa de pluralismo ideológico e bastante fake News na eleição de 2018, Jair Messias Bolsonaro é eleito presidente, e em 2019, Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, comumente conhecida como Michelle Bolsonaro, introduziu à cerimônia de posse a linguagem de sinais, e tomou a frente da fala do presidente eleito realizando seu discurso em libras sendo narrada por outra mulher, num ato de total simulacro social, se diferenciou pela inclusão.

Esposa do capitão Jair Messias Bolsonaro, que teve sua campanha eleitoral massificada por declarações racistas, machistas e homofóbicas com polêmicas de apoio a torturadores, ela de antemão usou da oportunidade para amenizar a situação tomando a frente na cerimônia de posse com um discurso de inclusão social. Esta é caracteristicamente uma primeira-dama que promove o marido.



MICHELLE DE PAULA

FIRMO REINALDO

- ☆ 22 de março de 1982
- Casada com Jair Messias Bolsonaro
- Primeira-dama desde 1º de janeiro de 2019

Oriunda de uma favela do DF, ascendeu socialmente quando se casou com o deputado Jair Messias Bolsonaro, a família da primeira-dama do presidencialismo tinha um histórico bem tumultuado (com passagens policiais) como bem definiu Guedes e Melo (2019).

Foi muito discreta e submissa até a eleição do marido que tinha como bandeira de defesa “a moral e os bons costumes da família tradicional brasileira” como sua plataforma de campanha.

Dentre os trabalhos que exerceu, foi secretária de gabinete dos deputados o que a oportunizou conhecer marido Bolsonaro, e se tornar sua secretária, sendo seu cargo extinto somente quando o Supremo Tribunal Federal, em 2008, se consolidou contrário à prática de nepotismo na administração pública.

Ao assumir como primeira-dama, seu nome foi vinculado ao escândalo do caso de “rachadinha” com o dinheiro público, encabeçado por Fabrício Queiroz, o qual a primeira-dama recebeu um cheque de R\$24 mil reais. Bolsonaro alegou que era pagamento de uma dívida que Queiroz tinha com ele.

Após a posse, a primeira-dama institui o programa Pátria Voluntária, com ações de arrecadação de doações em dinheiro, programa em parceria com as ações da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Reiteradamente a consolidação da volta das conhecidas e velhas tradições assistencialistas promovidas como política de governos, mais tarde, o Tribunal de Contas apontou irregularidades na execução do programa, com a destinação ilegal de recursos, dentre ausência de critérios objetivos e isonômicos para seleção de instituições beneficiárias dos recursos privados, dentre outros aspectos falta de transparência na seleção. Um programa que em suma gastou mais com publicidade que propriamente com doações.

3.2 A Articulação do Poder Burguês e o Golpe de Estado e a Reconfiguração Nacional do Primeiro Damismo

Ao ocupar cargos comissionados em políticas públicas, especialmente na área da assistência social, as primeiras-damas se tornam gestoras de práticas assistenciais, o que afasta a perspectiva de garantir direitos efetivos. Desde a sua gênese a política de assistência social é caracterizada por ações de voluntariado e caridade, a que a figura da primeira-dama está diretamente relacionada.

Torres (2002) figura da esposa do líder está intimamente ligada ao imaginário social, uma vez que “No Brasil, desde a década de 1940, a atuação das primeiras-damas tem se

consolidado como uma atividade beneficente-benemerente no âmbito da assistência à pobreza.” (p.39) e contata-se que a origem do primeiro-damismo possui motivação de ordem política¹¹.

Ao apontar a situação dos problemas sociais gerados pelo contexto do período de Segunda Guerra Mundial, a qual, o Estado brasileiro enquanto poder público precisou intervir no enfrentamento das situações das expressões latentes da questão social – em contexto de guerra – incorporou-se por meio das primeiras-damas um “[...] espírito filantrópico a partir de uma prática assistencialista que marcaria a face das primeiras-damas no Brasil” (TORRES, 2002, p.40).

Suas atividades consistiam em filantropia e assistencialismo, o que Torres (2002) reitera enquanto determinante para a identidade social das primeiras-damas, bem como fortalecedor para a percepção do imaginário social, mais especificamente as classes subalternizadas, quanto a direção ideológica dessas atuações.

É recorrente a utilização de adjetivos e descrições que colocam a primeira-dama como sendo responsável pela “ação social”, por um ato de bondade, pela preocupação como bem-estar dos cidadãos, embora aquela ação esteja prevista como um direito e assegurada no âmbito dos serviços sócio-assistenciais que devem ser operacionalizados no âmbito da proteção social, quer da Política de Assistência Social, quer de outras políticas. (MEDEIROS, 2019, p.314)

A construção do papel social de primeira-dama no Brasil reflete a definição de protagonismo feminino no âmbito da política, ao mesmo que um deslocamento de função que antes era ocupada majoritariamente por homens, no que refere ao cenário público de atuação política – por isto, se fez necessário discutir o gênero feminino, ou mesmo a mulher neste trabalho, mesmo que de forma introdutória.

Nesse construto, a primeira-dama, como pontuado nesta pesquisa, exerce a função para fins de realizar ações sociais, compondo a mulher no cenário político, remetendo ao caráter filantrópico incutido no imaginário social, pontuando assim a benemerência e caridade por meio de ações gestadas pela mulher do governante, representante do Estado.

Conforme Torres (2002) “[...] as representações sociais estão ligadas à realidade social de onde emergem, incluindo as estruturas sociais não como elemento determinante, mas como um dos lugares heurísticos de representações” (TORRES, 2002, p.92). Por isto, o ator social de maior interesse mediante tais representações, é o povo, os agregados sociais, que se referenciam

¹¹ A motivação de ordem política que se quer evidenciar no texto, é a de cunho governamental, relacionada aos negócios públicos no âmbito político de governo do executivo nacional, federal e municipal.

pelo populismo de um governo¹², permitem assim que o paternalismo¹³ se estabeleça através de ações populares aos mais vulneráveis.

O governo de Getúlio Vargas na década 1930, demonstrou bem esse viés populista e paternalista que as atividades e visão social que as primeiras-damas exerciam durante os mandatos dos seus respectivos esposos. A popularidade de Vargas por meio de sua primeira-dama (Darcy Vargas) foi crescendo, o governante se tornou figura de destaque e foi considerado “pai dos pobres” por meio do desenvolvimento de ações paternalistas e representações de assistencialismo que Darcy esteve à frente. Sendo nesse período em que se cria a Legião Brasileira de Assistência Social – LBA criada em 1942, que é comandada e presidida pela então primeira-dama do Brasil.

O órgão criado pela referida primeira-dama, é visto como a instituição que “faz o bem” e que presta ajuda aos necessitados, desenvolvendo uma demagogia de instituição benevolente chefiada pela mulher do presidente (atenção para o simulacro social existente), e que permite essa ligação direta do governante com os menos abastados.

Sabe-se que este pensamento é enraizado no imaginário coletivo. As primeiras-damas são atreladas à filantropia e a benesse, como também à ações sociais assistencialistas, resultando na confusão de assistencialismo aos pobres e vulneráveis travestidos de assistência social, até mesmo em função do uso público como meio para suas atuações políticas.

As representações sociais são o que compreendemos enquanto visão de mundo, e mais, a consciência coletiva se manifesta na consciência individual conforme delineia Lukács (1974), portanto, ao analisar-se as representações sociais, a condição de classe é de suma importância.

Conforme o autor destaca, cada classe possui sua gama de ideias e representações sociais que consequentemente refletem suas ideologias e seus interesses. No entanto, na ausência de consciência de classe a ideologia dominante dispõe-se de diferentes estratégias para exercer seu viés de manipulação social.

¹² O termo populismo, remete ao esforço de um governo realizar ações em prol dos menos favorecidos, para fins de conquistar a simpatia e aprovação popular. A exemplo temos o governo de Getúlio Vargas na década 1930, o qual por meio de sua primeira-dama Darcy Vargas, tal governante se torna figura de destaque e é até considerado “pai dos pobres” por meio do desenvolvimento de ações paternalistas.

¹³ Para Medeiros (2019), o clientelismo e o paternalismo podem ser definidos como “formas históricas de aparecer da lógica do favor” (p.323). Conforme Medeiros (2019) apud Behring (2008), “o autoritarismo no Estado e na sociedade, a cultura senhorial, o patrimonialismo, o clientelismo, a privatização do público, a tutela, o favor” (idem, p.111) reeditam a cultura do favor, contribuindo para o processo de ordem burguesa. “uma vez que, ao reduzir o papel do Estado na garantia dos direitos - embora não deixe de reconhecê-los no âmbito da legalidade -, garante o controle ideológico sobre a classe trabalhadora.” (MEDEIROS, 2019, p.323-324).

As ideias veiculadas e direcionadas aos usuários dos serviços da proteção social pública, permitem que o imaginário coletivo seja influenciado sobre condutas e atividades individuais e coletivas.

Evoca-se, no imaginário coletivo a visão de primeiras-damas generosas e caridosas, para fins de alimentar a intrínseca relação de dominação, sob o véu do paternalismo.

É fatídico compreender que representações sociais são reflexos de ideias que estão internalizadas no universo dos sujeitos, conforme Gramsci (1995) citado por Torres (2002) estas ideias povoam este universo a uma determinada época e evocam elementos de tradição e mudança.

Não obstante, as massas não são eternamente manipuláveis, há a possibilidade de que pessoas ressignifiquem determinantes mesmo diante das atividades assistencialistas de primeiras-damas.

Entretanto, quando não há um nível pouco elevado de consciência, as classes subalternas vivem momentos de conformismo e alienação, o que se torna terreno fértil para manipulação da ideologia dominante.

O controle do imaginário coletivo exerce influência nas escolhas sobre aspectos socialmente determinados. Para tanto é necessário entender que são Conforme Santos (2010) “ações assistenciais e pontuais” (p. 33) que mais se caracterizam fora da dimensão do direito, ou em suma, ações de caridade.

É notório enfatizar e salientar que a influência de uma primeira-dama pode perpetuar um projeto social para além de uma ação pontual em determinado tempo, de cunho benemerente e caritativo – que descaracteriza a política no viés de direito social, com tamanha magnitude, travestido de voluntariado e por vezes utilizando-se de recursos públicos para manter-se e ainda estampar um nome pessoal, como símbolo de um governo/gestão.

Tal alegação pode ser afirmada, quando se tem o afastamento das atividades da LBA, em 1945, a instituição sofreu impacto sendo enfraquecida em suas raízes, e na gestão de Sarah Kubitschek deu novo impulso com sua atuação na Saúde.

Isto revela que a atuação de primeiras-damas toma proporções maiores e se alastra pelas políticas públicas, reproduzindo-se a mesma metodologia de cunho assistencialista, benemerente e caritativo.

É imperativo compreender, que se discute a influência social da promoção de uma figura pública – a primeira-dama – e como esta está assentada no imaginário coletivo e para além do seu marido.

Cada grupo social possui suas próprias imagens e representações. Não se busca com estas reflexões redundar a ignorância. São estruturas sociais não plenamente orgânicas, segundo Torres (2002), pois misturam senso comum e cultura popular. Ademais,

Como consta nos estudos sobre política social, a assistência social foi a ferramenta mais utilizada para aproximar o gestor da população pelo histórico de práticas clientelistas e assistencialistas impressas nos serviços destinados a esta. Culturalmente, a primeira-dama seria a mais indicada para cumprir o papel de gestora dessa política uma vez que personifica a bondade do governante como importante mediadora entre este e os governados. Pela sua condição de mulher, a primeira-dama “naturalmente” estaria vocacionada para estar à frente de ações, programas e projetos da assistência social, o que demonstra o claro traço patriarcal na reprodução da cultura do primeiro-damismo e equiparação equivocada da assistência social. (MEDEIROS, 2019, p.314).

Para Torres (2002) o período de 1964 se destaca pelo completo “abafamento” das formas de organizações dos trabalhadores, em alguns contextos, a dimensão política é duramente cerceada. As massas são excluídas do processo de tomada de decisões, e seus mecanismos de negociações tornam-se, portanto, inertes pelas repressões sucessivas.

O esvaziamento da participação popular faz emergir diante da persistência de mecanismos de repressão, corroborando para a conjectura a qual a proteção social é negligenciada e as políticas sociais assistenciais se colocam sob viés assistencialista.

Recapitulando ao período da iminente instauração de arrocho salarial progressivo “a questão social assume contornos assustadores: agravamento da desnutrição, doenças infectocontagiosas, taxas elevadas de mortalidade infantil, associados à miséria de grandes parcelas da classe trabalhadora (TORRES, 2002, p.95).

Neste aspecto, a principal função do primeiro-damismo é a política, estas mulheres são influenciadas a realizar interferências no social, ações voltadas à caridade e direcionadas às famílias carentes, sob foco de desresponsabilizar o Estado enquanto garantidor de acesso a políticas de caráter universal, ou ficarem “reprimidas” em casa.

Estas mulheres são convocadas a tomar a frente em destituição do Estado, sob o viés que descaracteriza a responsabilização pública, com relação aos mais vulneráveis e direciona ao voluntariado¹⁴.

É importante destacar que a cultura do primeiro-damismo no Brasil tem sua gênese no contexto histórico de inserção do Brasil no circuito internacional do capitalismo em sua fase monopólica, lá pelo idos de 1930-1940. É no capitalismo monopolista que as demandas da classe trabalhadora se tornam cada vez mais objeto de preocupação das elites e do Estado, e as expressões da questão social se complexifica, exigindo deste um conjunto de medidas que possibilitem a reprodução da força de trabalho (MEDEIROS, 2019, p.320).

¹⁴ Faz-se necessário, especificar, que o voluntariado, remete a ações de caráter comunitário, sob viés de ajuda, bem-estar e caridade.

O retorno de velhas práticas políticas, tidas como tradicionais, recoloca e reitera-se no cenário político. A política de Assistência Social sofre descaracterização com essa politicagem.

A compreensão da mesma como instrumento de ajuda e de filantropia junto ao número cada vez maior de pessoas que se enquadrem no perfil de vulnerável social ganha relevo nos pequenos municípios brasileiros, tornando-os com a concessão de benefícios eventuais e de transferência de renda, objetos de desejo da manipulação política (LOPES; GROSSI. 2019, p.1).

A política de caráter público, que se estruturou para garantia de direitos, passa a ser instrumento de barganha eleitoral, beneficiando alguns indicados por políticos, promovendo total desconexão com o viés de direito a que a política pública se institui.

A gestão do SUAS, realizada por mulheres primeiras-damas em muitos casos descaracteriza o entendimento da lei regulamentada. “[...] tendo como horizonte o combate à pobreza e à miséria da população, a assistência social encontra no primeiro-damismo uma limitação, por ser uma estratégia de (re)legitimação de uma prática que remonta as origens dessa política de cunho clientelista e paternalista, colocando em dúvida a perspectiva de garantia dos direitos socioassistenciais à que se propõe, sendo o primeiro-damismo um fator impeditivo do fim assistencialista. (LOPES; GROSSI. 2019, p.3)

Sabe-se que durante os governos petistas, de Lula e Dilma, a atuação do primeiro-damismo foi pífia, de modo que se permitiu ao imaginário social uma lacuna com o boom da unificação de programas sociais no Bolsa Família, portanto, a consolidação das políticas de proteção social, em especial a de Assistência Social tida como nascedouro desse fenômeno, e grande foco de atuação do primeiro-damismo, estaria em grande ascensão para superação dessa tradição governista.

No entanto, após o golpe de 2016, percebeu-se que essa prática política estava meramente inerte ao âmbito nacional, como que incubada, aguardando os liberais para sua retomada, até parecia que as políticas de proteção social teriam maior efetivação e a cultura da benemerência se transformaria em consciência de direitos gradativamente.

Mas como separar a caridade do direito social? Este é o desafio persistente, desde a conformação desses direitos, é o cerne da discussão a que se propõe.

Em 2016, assistimos ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Após seu afastamento, assume Michel Temer e, com sua posse, ressurgiu uma discussão que há alguns anos não se via no cenário nacional: o papel da primeira-dama na política ou, mais precisamente, “na área social”, embora no contexto municipal seja quase natural a presença da primeira-dama exercendo alguma atuação “no serviço social”. (MEDEIROS, 2019, p.313)

Não é de surpreender que, ao longo dos anos, esta tradição se estabeleça sob este viés. Primeiras-damas são historicamente, como parte desta cultura enraizada, nomeadas pelos chefes de governos, geralmente seus esposos ou parentes próximos, para ocuparem espaços públicos de ação social. Desde 1940 isto se alastra de forma crescente com reforço de projetos sociais de caráter voluntário, a exemplo com a gestão da LBA, pela primeira-dama Darcy Vargas, deixando sua herança para as sucessoras.

É também evidente como a primeira-dama Sarah Kubitschek, inovou com a fundação das Pioneiras Sociais, e a implantação da rede de hospitais de reabilitação, na área da saúde, na década de 1960, compondo assim o “nepotismo filantrópico” por meio da LBA comandada com muita notoriedade pública (parte do simulacro).

A atuação de Darcy Vargas como primeira-dama teve grande destaque em suas ações, e até sua extinção em 1995 por Ruth Cardoso, ganhou força no governo de Juscelino Kubitschek, com o protagonismo de Sarah Kubitschek, que ampliou a atuação da LBA para outros estados brasileiros nos anos de 1951, bem como realizou ações junto a saúde.

Porquanto, destaca-se neste sentido esta atuação usando como meios as políticas públicas e apoio do Estado, para realização de ações sociais benemerentes. entender que a LBA, foi uma instituição que mesmo nos governos militares operou grande atuação.

Outra primeira-dama que manteve esforços nas ações da LBA foi Rosane Collor, nos anos de 1990, protagonizando o fortalecimento das ações da instituição, elencando destaque nas ações de assistência social no âmbito do governo federal, mas também, foi na sua gestão que houve diversas denúncias de esquemas de fraudes e desvios de verbas da LBA (como apontado na primeira parte deste capítulo) sendo acusada de desviar dinheiro da caridade para seus familiares como outras situações que não tiveram comprovações.

Destacando um dos eixos atrativos de corrupção a que estão correlacionadas as iniciativas de “voluntariado” por meio do governo e parceiros mediados no exercício da função social de primeira-dama.

Rosane Collor, na década de 1990, coloca a política de assistência social no viés do “não direito” e expande-se a caridade, é premente pontuar a autopromoção instaurada por algumas primeiras-damas, umas de má-fé, e outras para simplesmente autopromoção e/ou promover o marido.

Significa assim compreender o cerne da intenção no simulacro social, do ordenamento da função de primeira-dama, portanto, “[...] Assim como Yolanda Costa e Silva, Maria Thereza, Darcy Vargas e Nair de Teffé, Rosane teve a história de sua vida contada em um livro — por

ela e por terceiros”. (GUEDES; MELO, 2019, p. 252). Estas mulheres se colocam na história e promovem um legado político junto e em favor de seus maridos.

O programa social Comunidade Solidária de Ruth Cardoso, em 1990, que descaracterizava a política de assistência social como direito, tinha como principal foco o “voluntariado” e a “focalização” da pobreza. Estas palavras merecem destaque, pois apesar de uma mulher academicamente crítica e competente estar na função de primeira-dama, reproduziu-se em sua atuação algo tradicionalmente estabelecido, mesmo que de forma modificada e melhorada.

Seria inconsciente tal reprodução, ou parte constitutiva do simulacro? E porque algumas dessas mulheres se reduziram somente ao título, sem iniciativas tradicionalmente estabelecidas?

Para mais, tem-se posteriormente, após uma lacuna, (como citado no início) depois do impeachment de Dilma, e o fim dos governos petistas. A nomeação em 2016, da primeira-dama Marcela Temer como embaixadora do programa Criança Feliz (programa gestado pelo Estado) para promoção social do presidente e sua primeira-dama.

E por fim, a rainha do simulacro, o mais recente, programa intitulado Pátria Voluntária da primeira-dama Michelle Bolsonaro, em 2019, com indícios de transferências irregulares de orçamentos.

Se observa em cenário nacional, que tais mulheres se engajaram pelo voluntariado, este trabalho aponta tais questões não para desmerecer as iniciativas e planos pessoais de trabalho, mas para refletir como estas ações refletem diretamente na confusão sobre o direito, nas políticas de proteção social. Quando programas governamentais são lançados de forma focalizada e as políticas públicas e sociais são esvaziadas.

Há que se considerar o conflito em função da disputa pelo fundo destinado às políticas sociais de proteção social, conflitos permanentes de interesses, como a destinação de recursos para tais finalidades, na atuação e gestão dos governos, seja ela na esfera federal, estadual e principalmente na esfera municipal, com participação comunitária ou não.

Já que mais propriamente um governo pode assim representar, ou não, a sociedade, influenciando diretamente no processo da efetividade dos direitos sociais, contudo as políticas sociais não podem deixar de existir em razão da negligência ou ineficiência de governos que agem de forma transversal para sua autopromoção.

Portanto, primeira-dama é a denominação estabelecida para esposa do governante seja ele presidente, governador ou prefeito, elencando um papel eminentemente feminino ao compor a face de efetivação de ações de assistência social no âmbito público (ou outra política pública,

como a saúde), que para maior entendimento são direcionadas a realizarem um trabalho comunitário benemerente.

[...] as mulheres primeiras-damas vão se colocando na esfera pública como sujeitos políticos de decisão e de gestão, revelando grande potencial de liderança e de persuasão junto aos sujeitos sociais com quem travam relações (TORRES, 2002, p. 22).

Aprende-se que a cultura do primeiro-damismo mais funciona como um mecanismo para atingir interesses políticos, e colaborar com a sustentação política dos maridos, por meio de ações caritativas, isto se mantém historicamente e está sendo fortalecido na contemporaneidade sendo reafirmado pelos últimos governos do executivo federal, governo Temer e Bolsonaro.

É importante pontuar nesta discussão, que o governo Lula permitiu espaço para a organização da Política de Assistência Social, ao se considerar os avanços que a política perpassou e como houve uma intensa ampliação das políticas sociais principalmente em favor dos mais vulneráveis e empobrecidos na lógica da exploração capitalista.

A Constituição Federativa Brasileira de 1988 (CFB/88) e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) introduzem nova qualificação a Política de Assistência Social, diferenciando-se consubstancialmente do assistencialismo reiterado ao longo do processo histórico e situando-a como política pública de Seguridade Social voltada à extensão dos direitos sociais.

A LOAS, trouxe inovações ao implementar seu caráter de direito não contributivo como a universalização e garantia de direitos para aqueles a quem desta política necessitarem. Foi aprovada em Conferência Nacional, no ano de 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em vigor, e todo redesenho da política na perspectiva de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que introduz um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios tipificados no âmbito da assistência social.

Neste ínterim ampliou-se a política de assistência social, houve a publicação da Norma Operacional Básica que lançou bases para implantação SUAS, após a LOAS, se aportou e subsidiou um importante instrumento de regulação da Política de Assistência Social, promovidos pelo setor público, a previsão de cofinanciamento e destinação de recursos para políticas sociais com fins de redistribuição de renda para os mais vulneráveis.

Em contrapartida, é notável diferenciar, conforme Yazbek (2018) como se gestaram as políticas públicas, em particular a social, mesmo que de forma compensatória em sua efetividade para população pobre, de baixa renda ou na pobreza ou extrema pobreza, com a criação de programas sociais como o Fome Zero, o Bolsa Família, dentre outras estratégias, que

a Política de Assistência Social teve espaço após a CFB/88 e a LOAS em 1993, em que muitas famílias brasileiras puderam alçar autonomia da miserabilidade ou mesmo da subalternidade.

Essa lacuna da atuação do primeiro-damismo nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) evidencia a ausência de atuação da primeira-dama nos primeiros governos Lula e Dilma. Na gestão de Dilma, há lapso temporal de 15 anos (mesmo período em que Darcy foi primeira-dama), para tanto, após decorrido desta característica lacuna, ocorre um golpe de Estado e o país revive a volta conservadora do primeiro-damismo na sua mais expressiva manifestação nos governos Temer e Bolsonaro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissertar acerca da atuação do primeiro-damismo no Brasil e sua influência frente às políticas de proteção social, sempre esteve nos anseios da pesquisadora, partindo de algumas inquietações que surgiram ainda no processo de estágio acadêmico na graduação. Assim, com vista a compreender o processo a fim de embasar teoricamente a influência exercida historicamente pelo primeiro-damismo na história brasileira como tradição herdada a partir das sucessivas contradições existentes na formação econômico-social e política do Brasil, como a premente imponência do patriarcado advindo da classe burguesa sobre o Estado.

Para edificação dos capítulos que constituíram-na, foi primordial o aporte teórico das temáticas acerca da formação econômico-social e política do Estado brasileiro ao ponderar as políticas públicas, assim como a influência da cultural do primeiro-damismo no Brasil articulando-se ao papel da mulher na sociedade capitalista e o perfil voltado à posição de poder da mesma na sociedade brasileira, como as mudanças ocorridas ao longo dos anos e papéis desempenhados.

Essa análise coloca em constante à reflexão de como é importante e necessário que o entendimento social e político, e tudo que se refere a sociedade nas proposições postas para a intervenção profissional, são extremamente relevantes, portanto, necessárias análises conjunturais, e essas realizadas a partir da reflexão dos acontecimentos e como estes refletem nas políticas públicas e sociais que serão destinadas aos usuários.

Com vistas a garantir a cobertura de algumas necessidades sociais e a ampliação das possibilidades de um padrão de vida digno para os cidadãos, trabalhadores ou não.

Nessa conjuntura se discute assim a desvinculação ou esvaziamento da finalidade das políticas públicas sociais que é garantir segurança social e condições para estabelecer a proteção social sob a lógica de direito e como responsabilidade do Estado, sobretudo, inserida na esfera da Seguridade Social brasileira. No entanto, as ações sociais do primeiro-damismo desatinam tal fim.

No Brasil a permanência de primeiras-damas à frente da gestão da assistência social, já está incrustada no imaginário social popular, em que compõem o papel desempenhado pela primeira-dama, no trato de ações e serviços aos mais necessitados, por meio de ações assistencialistas, sendo configurada e naturalizada enquanto tradição e parte da cultura político partidária brasileira.

Nisto se constitui a perpetuação de uma identidade vinculada a noção de caridade e ajuda aos mais pobres e se constitui no contexto histórico e político, com objetivo de cooptação

das classes subalternas, por meio da promoção de ações e serviços que influenciam a visão dos mais vulnerabilizados (aqueles que recebem/participam dessas ações sociais promovidas por elas), em ênfase o público da política de Assistência Social.

A primeira-dama se torna um agente público de promoção de ações sociais (na maioria das vezes em cargo comissionado).

Todos esses exemplos ao nível nacional demonstram que a atuação das primeiras-damas permeou a história brasileira desde a década de 1940, e vem se reformulando, se adaptando, e distorcendo o caráter de direito das políticas públicas de Estado.

No Brasil, os direitos sociais e consequentemente as políticas sociais, tais como a saúde, a assistência social e a previdência social - tripé da seguridade social – são reconhecidas tardiamente com a aprovação da constituição federal de 1988. Isso não significa que a ação estatal, com o reconhecimento dos direitos sociais, vai alterar radicalmente suas ações na execução das políticas sociais (SANTOS, 2010, p.37).

Compreende-se que tais práticas patrimonialistas, clientelistas, caritativas e assistencialistas são intrinsecamente defendidas como direito e não como bondade por parte do Estado, isso se direciona de modo a deslegitimar as políticas institucionalmente estabelecidas.

É interessante compreender que mesmo após a instauração do SUAS a política de assistência social está submetida e imersa nessa cultura do primeiro-damismo e novos governos a depender dos seus ideais persistem em permanecer nas tradições tradicionalmente naturalizadas.

Assim, parece possível afirmar que a instauração da Política Nacional de Assistência Social - PNAS - enquanto política pública, direito da população e responsabilidade do estado não deslocou as primeiras-damas da gestão dessa política. Partimos do pressuposto de que com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - ao invés de haver um enfrentamento e superação das práticas primeiro-damistas, contraditoriamente, houve uma reatualização e legitimação do da participação histórica das primeiras-damas na assistência social. (MEDEIROS, 2019, p.316)

O termo primeira-dama não é um título que confere nenhum cargo político ou administrativo propriamente determinado à primeira-dama, considerando isto, o que então legitimaria sua atuação na gestão de políticas públicas para atuação especificada em cargo público, isso poderia se configurar enquanto nepotismo¹⁵, no entanto, não se enquadra como tal.

¹⁵ No Brasil, consoante a súmula vinculante n.º 13 do Tribunal Federal, aprovada no dia 21 de agosto 2008, é considerado nepotismo: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou do servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, em função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante de designações recíprocas, viola a

O primeiro-damismo se apresenta enquanto grande estratégia para reprodução da ideologia do favor, se utilizando de políticas sociais, para realização de manobras políticas que beneficiem o governante e influenciam as massas governadas por meio da naturalização dessa ideologia.

De tal modo, as políticas sociais públicas são travestidas do espírito da bondade e caridade, como solidariedade para com os mais necessitados, colocando os usuários não como sujeitos de direito, mas como dependentes de um sistema político e de pessoas de “bom coração”.

Este elemento peculiar que é o favor em nossa formação sócio-histórica está presente no cotidiano dos brasileiros, até hoje, de forma bastante naturalizada: nas relações sociais entre classes sociais, na relação entre Estado e população, e na operacionalização das políticas sociais. (MEDEIROS, 2019, p.319).

Neste fragmento pode-se ater ao que se relaciona com a discussão suscitada para esta dissertação, quanto a mediação de ações que caracterizam propriamente a disfunção da viabilização da percepção do direito disfarçado de caridade no simulacro social, por meio da execução de políticas públicas.

Pensar a viabilização dos direitos socioassistenciais, bem como das políticas sociais públicas impetradas pela cultura do senso comum, sendo interinamente entendidas como favor político e benfeitoria de certo governo, concomitante a ideação política de que ações do campo social, em tempos de instauração de políticas liberais, confluem para a distorção desse entendimento.

Nesta perspectiva, o entendimento do Estado como regulador das políticas em contexto de governos liberais ou neoliberais, assume e destina o papel de responsabilização dos indivíduos perante seus problemas sociais, tornando a “questão social” secundarizada, e muitas vezes, negligenciada.

É evidente, já que propriamente com o estabelecimento de governos de direita, se direcionam e se executam políticas com perspectivas neoliberais, e para fortalecimento do mercado, mesmo que isto custe, direitos políticos e civis precedentemente conquistados pela classe trabalhadora, e propriamente, pelos usuários da política pública, no clássico “vão-se os anéis” e depois com contrarreformas se recuperam “alguns anéis”.

Constituição Federal.” No entanto, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem majoritariamente afastado a aplicação da Súmula Vinculante 13 aos cargos de natureza política, conceito no qual se incluem os secretários municipais ou estaduais. A Súmula ao excluir os cargos de caráter político exercidos por agentes políticos abre possibilidade para primeira-dama ocupar cargo de secretária, não configurando para a jurisprudência brasileira como caso de nepotismo conferir: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=26&sumula=1227>>. Acesso em: 25 fev./2023.

O que se pretende evidenciar, é a distorção do direito dos usuários dos serviços públicos, na atuação das primeiras-damas, que agem em favor do governo e da imagem positiva da gestão no governo do marido, criando paternalmente uma imagem fetichizada, buscando promover a imagem de um bom líder, governante, companheiro, marido, esposo, do respectivo.

As políticas de saúde e de assistência social, dentro dessa discussão, conferem maior foco para atuação das primeiras-damas. Estas políticas fazem parte do "tripé" da conhecida Seguridade Social, portanto, são estabelecidas como direitos do cidadão brasileiro e não apenas atividades que as primeiras-damas poderão exercer, caracterizando-se como uma ação social destas.

Mas o questionamento prevalece, será que a atuação ou mesmo a promoção das políticas sociais públicas, estão garantindo viés de direito enquanto possibilidade de acesso efetivo e de conhecimento de fato?

Santos (2010) debate o papel fundamental de assistentes sociais (e aqui cabe introduzir demais agentes públicos que operacionalizam políticas públicas) quanto a execução profissional referente aos serviços mediados por estes profissionais nas diferentes políticas públicas de proteção social, pois, "[...] são submetidos à lógica de reprodução do capital interligado com estratégias claras de posicionamento políticos e econômicos", conforme reflexão da autora Santos 2010 a partir de Iamamoto (2007), portanto, acabam por presenciar essa indubitável desconfiguração do direito pelo favor político na execução de políticas públicas.

Para refletir, a atuação das primeiras-damas, requer entrar em meandros de posturas tomadas para garantia ou usurpação de direitos constitucionalmente pré-estabelecidos nas políticas públicas.

A partir do texto citado pode-se sintetizar uma das questões das quais se pretende discutir. O viés do que a autora aponta como possibilidade de construção de intervenção, que mais se afunila para entender também, um processo de desconstrução da percepção comum no imaginário coletivo dos usuários, como da diferença cabal entre o direito e a caridade, ao que se refere ao divisor de águas estabelecidos a partir do marco constitucional.

É mister compreender a importância de desmistificar a lógica atrelada ao fortalecimento do mercado, enquanto instituição máxima do sistema capitalista, em contraposição ao reconhecimento dos direitos sociais para os usuários desse sistema. Para este, o Estado mínimo e assistencialista fortalece sua hegemonia e dominação.

A política de um governo define rumos sociais, políticos e econômicos, interfere e influencia nas relações interpessoais, intra familiares e comunitárias. É fundamental

compreender que a forma de governar um país, um Estado, um município, influencia diretamente na vida de cada uma das pessoas da população por meio da difusão de ideais coletivos, e persuasão do imaginário social.

Discutir o papel do Estado, e acima de tudo entender os matizes e meandros que enveredam as ordenações políticas, são fundamentais para que políticas se efetivem enquanto direito, no imaginário coletivo como idealização de algo e principalmente na consciência dos sujeitos.

A influência de um gestor público, nas esferas de atuação, define estrategicamente rumos comuns que podem se desdobrar paralelamente em perspectivas de caridade ou direito perante usuários.

O cerne desta dissertação é apontar a influência notória das primeiras-damas do Brasil, nas políticas sociais, mas também apontar a importância cultural que se promove ao papel social de primeira-dama.

A opção escancarada da desresponsabilização das políticas sociais, culpabilização dos indivíduos, naturalização da “questão social”, descaracterização do direito, insere a questão e deixa mais que claro, que, a boa vontade se tornou insuficiente para lidar com as mazelas produzidas socialmente, pois que o conjunto de desigualdades sociais tem sua raiz intrínseca ligada ao sistema de produção capitalista vigente, que reproduz, desigualdades de classe, de gênero, de raça, dentre outras, fruto sobretudo da ótica conservadora da classe dominante.

O cerceamento dos direitos começa sob este aspecto da difusão de desinformação, do esvaziamento das capacidades de efetivação de direitos, ou mesmo na proposição de contrarreformas de Estado, que retiram direitos. Pensar a influência do primeiro-damismo, é pensar nesses parâmetros que cercam a atuação da figura da primeira-dama socialmente.

Nesse contexto faz-se necessário que o fim do primeiro-damismo se desenvolva por meio da consciência, assim como este se difundiu, e se reitera, por meio de tradições e práticas, devem ser construídos e comunicados estudos, que promovam a crítica a essa tradição, para transformação ideológica, consciente e com viés de superação dessa prática.

Destarte, visualiza-se, promover reflexões capazes de acionar o consciente coletivo das massas, e difundir a política pública como direito, e não como palco comissionado ao assistencialismo em que se utilizam como ferramenta de angariar favoritismo político, dentro de um cenário ideológico.

Frente a essas considerações, desafio basilar das políticas sociais públicas na proteção social, é fazer com que a população reconheça os serviços ofertados no âmbito das políticas sociais, e o gestor público se promova pela efetivação de direitos e políticas públicas que

promovam equidade social, quebrando a herança assistencialista que é reiterada na mediação do primeiro-damismo.

Desse modo, o desenvolvimento dessa temática, possibilitou a compreensão de que enquanto possibilidade interventiva apontam-se reflexões no intuito de trabalhar a consciência coletiva para as políticas de proteção social enquanto direito dissociado ao ditame cultural da herança assistencialista e da influência do primeiro-damismo enquanto tradição política.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. V. G. SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. **Temporalidades**, v. 9, n. 1, p. 424-429, 2017.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: 2ª edição, Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R.; SANTANA, M. A.; PRAUN, L. Construção e desconstrução do trabalho no Brasil: da conciliação ao golpe. (p.23-56) In: PEREIRA, L. D.; BARBOZA, D. R. (Orgs.). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil**: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
- AZEVEDO, E. A.; NASCIMENTO, J. F. Gestão do trabalho no SUAS: entre a precarização e garantia de direitos. In: ÁVILA, H. D. D.; NASCIMENTO, J. F.; PEREIRA, S. O. (Orgs.) **Política social e territórios**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2020. 214p. – (Coleção Pesquisas e Inovações Tecnológicas na Pós-Graduação da UFRB; volume 13)
- BARRETO, D. F. Q.; JESUS, E. M. A Mulher na Sociedade Capitalista. **Revista Espaço Livre**, Goiânia, v. 6, n. 12, p. 18–24, 2021. Disponível em: < <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/468> > Acesso em: 29/12/2021
- BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2010. [Cap. 1 – Trabalho, ser social e ética]
- BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2010. [Cap. 3 – O processo de ruptura com a ética tradicional]
- BARROCO, M. L. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- BASTOS, D. S. O direito à subsistência em xeque: um olhar sobre a lei dos pobres e o ato de emenda de 1834. In: **História econômica & história de empresas** vol. 21 no 1 (2018), 135-173.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**/Elaine Rossetti Behring. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2).
- BORGES, J. C. LAPOLLI, É. M. AMARAL, M. R.. A mulher e suas concepções históricas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 06, Vol. 09, pp. 05-21. junho de 2020.
- CARDOSO JR, J. C. A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: décadas de 1980 e 1990. **e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**, p. 127-177, 2005.

CARVALHO, A. C. A Metamorfose do Sistema Capitalista e as Leis do Movimento do Capital. In: **CADERNOS CEPEC** Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará Periodicidade Mensal – Volume 2 – Nº 7 – julho de 2013.

CASTRO, J. A. **Política Social no Brasil**. Conferência Internacional de Estratégia em Gestão, Educação e Sistema de Educação. – CIEGESE. Goiânia - GO, 22-23 de junho de 2012.

CEOLIN, G. F. Crise do Capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 118, p. 239-264, abr./jun. de 2014.

CISNE, M. SANTOS, S. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. – (Biblioteca básica do serviço social; v. 8)

COHN, A. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. In: **Lua Nova**, São Paulo, 109: 129-160, 2020. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/ln/a/Y3jzjrjsLPLS9QfRhnc3kvG/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 03/03/2022

CORATO, C. Formação social brasileira: interface com as relações raciais. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 46, 2020.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaio sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

DELGADO, G. C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, p. 19-50, 2005.

DEL PRIORE, M. VENÂNCIO, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DOCUMENTÁRIO: Guerras do Brasil: T1:E1 - 26min “As guerras da conquista”// T1:E2 25 min “As Guerras de Palmares” // T1:E4 “A Revolução de 30”/ Disponível em: <
<https://www.netflix.com/search?q=guerras%20do%20brasil&jbv=81091385>. Acesso em: 03/03/2023.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. In: **Tempo Social** – USP, 2003. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/ts/a/GBKWMqJqgmbVQXMyYVGpQNh/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 03/03/2022.

DURIGUETTO, M. L.; CISNE, M. Feminismo e radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil. In: **SER Social**, Brasília, v. 17, n. 36, p. 13-30, jan.-jun./2015. Disponível em: <
https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13413/11741> Acesso em: 11/01/2021.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9ª edição. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira SA, 1984.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Título original: *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation* Traduced: coletivo Sycorax São Paulo: Elefante, 2017 464p.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**, ensaio de interpretação sociológica 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo** São Paulo: Expressão Popular, 2019. 165p.

FERNANDES, F. **Nós e o marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, F. IANNI, O. **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e. Editora Expressão Popular, 2004.

FERREIRA, J. C. **Evolução sócio-histórica da representatividade feminina na organização familiar brasileira**; Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Humanidades e Saúde, Rio das Ostras, 2018. 53 f.

GARCIA, C. C. Notas sobre a mulher na sociedade de classes. In: **Revista Estudos Feministas**, vol. 29, núm. 1, e76731, 2021. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/381/38168080040/html/>> Acesso em: 08/01/2021.

GOIS, J. C. S. Constituição das políticas sociais no capitalismo e a peculiaridade brasileira. In: **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 207. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180173/101_00501.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 25/02/2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. V.5.

GUEDES, Cica; DE MELO, Murilo Fiuza. **Todas as mulheres dos presidentes**: A história pouco conhecida das primeiras-damas do Brasil desde o início da República. Editora Máquina de Livros, 2019.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Editora Loyola, 3ª edição, 2012.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjpc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 06/02/2022.

IAMAMOTO, M. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaaios Críticos. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**, Brasília, n.3, Abepss, 2001. Disponível em:
<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf> Acesso em: 11/02/2022.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. – 16. ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

IANNI, O. Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante. In: IANNI, O. **As mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 221-271.

IOP, E. Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais. In: **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 231-250, jul./dez. 2009. Disponível em:
<<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/623>> Acesso em: 08/01/2021.

JESUS, C. V.; MENDONÇA, E. F. L.; KIRSTEN, M. B. **Estado Novo (1937-1945): a concepção de desenvolvimento, o funcionamento estatal, as políticas econômicas e o seu legado para o desenvolvimento do Brasil**. 2017. Disponível em:
<https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_I/i1-ee2299c1c9832241a019300ac380088a.pdf> Acesso em: 28/02/2022.

KOLLONTAI, A. **Marxismo e Revolução Sexual**. São Paulo: Global Editora, 1982.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LARA, R. Introdução aos complexos categoriais do ser social. In: **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro _ 2º Semestre de 2015- n. 36, v. 13, p. 269 – 292.

LARA, R.; SILVA, M. A. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NGwM4fhVhW4rhdnTNXZhpmm/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 01/03/2022

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LOPES, C. B.; GROSSI, F. R. S. O primeiro damismo na assistência social: uma análise crítica. **Anais eletrônico CIC**, v. 17, n. 1, 2019.

LUKÁCS, G. A consciência de classe. **Estrutura de classes e estratificação social**, v. 3, p. 11-60, 1974.

MACHADO, E. M. **Política social**: a moderna lei dos pobres. 2006. Disponível em:
<<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000259.pdf>> Acesso em: 26/02/2022.

MARTINELLI, Tiago. Primeiro-damismo e o neoconservadorismo: justificando a necessidade do estudo em defesa da seguridade social. **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social** (17.: 2022: Rio de Janeiro, RJ).[Anais do..]. Brasília: ABEPSS, 2022., 2022.

MARTINS, C. E. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. In: **Revista Katálysis**, vol. 10, núm. 1, enero-junio, 2007, pp. 35-43 Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1796/179613964005.pdf>> Acesso em: 03/03/2022.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Editora Boitempo, 2013

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Boitempo Editorial, 2010.

MARX, K.; ALVES, M. H. B. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. **Estudos avançados**, v. 12, n. 34, p. 7-46, 1998.

MARX, K; ENGELS, F. **A sagrada família: ou a crítica da Crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

MEDEIROS, M. S. S. O primeiro-damismo e a gestão da assistência social: desafios ao serviço social. Rio de Janeiro; Revista **Praia Vermelha**, v. 29, n. 1. p. 311-338, 2019.

MENEZES, A. P. R.; et al. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública: austeridade versus universalidade. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n. 5 (especial), v. 43, p. 58-70, dez, 2019. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/sdeb/2019.v43nspe5/58-70/pt>> Acesso em: 03/03/2022.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, F. **Brasil: uma biografia não autorizada**. Boitempo Editorial, 2021.

OLIVEIRA, Taiana de; ALVES, Ismael Gonçalves. Assistência social, gênero e benevolência estatal: o primeiro-damismo como instrumento de Estado (1995-2020). **Anais Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 7, n. 7, 2021.

OLIVEIRA, Taiana de; ALVES, Ismael Gonçalves. Legião Brasileira de Assistência e políticas sociais: primeiro-damismo, gênero e assistência social. **Boletim Historiar**, v. 7, n. 02, 2020.

ORTNER, S. B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M.; LAMPHIERE L. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1979. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1580/sherryortner.pdf?sequence=1>> Acesso em: 29/12/2021.

PAULO NETTO, J. P. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 2005.

PAULO NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 111, p. 413-429, jul./ set. de 2012.

PAULO NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2012, - (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

PEREIRA, C. P. **Proteção Social no Capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

RAICHELIS, R. (Org) **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RODRIGUES, E. J. B. **Burguesia e proletariado**: um estudo sobre as classes em O Capital – livro 1. 101 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2014.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**, p. 115-136, 2001.

SANTOS, J. S. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. – São Paulo: Cortez, 2012 – (Coleção biblioteca básica de serviço social. v.6)

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, J. S. " **Questão social**": particularidades no Brasil. Cortez Editora, 2017.

SANTOS, R. **O desafio do trabalho com famílias na Política de Assistência Social no Vale do Paraíba**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2010. 127p.

SANTOS, M.S. Trajetória das políticas sociais no estado capitalista: gênese, auge e crise. In: **Anais VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Joinpp. UFMA 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/trajetoriadaspoliticassociaisnoestadocapitalistageneseaugeecrise.pdf>> Acesso em: 12/02/2022

SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, R.C. S. Política social: de sua gênese ao contexto brasileiro. In: **Acta Sci. Educ.**, v. 42, e 40226, 2020.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M.. **Brasil: uma biografia**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia de Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2019.

SILVA, G. C. C.; et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. In: **Rev. SBPH** v.8 n.2 Rio de Janeiro dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006> Acesso em: 28/12/2021

SILVA, R. G. **Do welfare ao workfare, ou, da política social Keynesiana/Fordista à política social Schumpeteriana/ Pós-Fordista**. 2011. 215 f. Tese (doutorado)-Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8419/1/2011_RicardoGon%c3%a7alvesdaSilva.pdf> Acesso em: 28/02/2022.

SIMÕES, C. **Curso de direito do serviço social**. 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

SPOSATI, A. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise**. 7º ed. São Paulo, Cortez, 2003.

SPOSATI, A. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

STARLING, H.; SCHWARCZ, L. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das, 2015.

TAVARES, S. P. A. **A evolução da mulher no contexto social e sua inserção no mundo do trabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí- RS 2012. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2831/MONOGRAFIA%20-%20SONIA%20TAVARES%20-%20UNIJUI%20-%20EVOLU%C3%87%C3%83O%20DA%20MULHER%20-%202012.pdf?sequence=1>> Acesso em: 31/12/2021

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

TRINDADE, A.; MIRANDA, K. Assistência estudantil e educação profissional no Brasil: a formação para o mercado e o programa nacional de assistência estudantil nos governos do PT. (p. 291-316) In: PEREIRA, L. D. P.; BARBOZA, D. R. (Orgs.). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, v. 1, p. 91-126, 2005.

VIEIRA, E. A. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, F. S.; et al. O que é austeridade e quais têm sido suas consequências para as sociedades? In: **Políticas sociais e austeridade fiscal: Como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo**. Cebes, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/26808/2/Austeridade.pdf>> Acesso em: 03/03/2022.

VILARINHO, M. C. Brasil: uma biografia. **Sociedade e Cultura**, v. 21, n. 2, 2018.

YAZBEK, M. C. A nova morfologia do trabalho no serviço social. In: RAICHELIS, R. (Org) **Proteção Social e crise no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2018.

YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. Cortez Editora, 2018.

YAZBEK, M. C. As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de Loas. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n.77, mar. 2004.